

Um Retrato dos Trabalhadores de Material Reciclável de Joinville/SC

*Diagnóstico das Potencialidades
Socioeconômicas para Organização
dos Trabalhadores de Material Reciclável
de Joinville/SC*

*Ana Aparecida Pereira
Fátima Mottin*

Execução

Prefeitura Municipal de Joinville - PMJ
Secretaria de Assistência Social - SAS

Secretaria de
Assistência Social



Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES

Secretaria Nacional de Economia Solidária - Ministério do Trabalho e Emprego



Realização

Painel Instituto de Pesquisas



Autoras

Ana Aparecida Pereira
Fátima Mottin

Revisão

Ana Maria Mottin

Fotografia

Diana Garbin
Nei Hanke

Capa e Diagramação

Núcleo Criativo Painel
Julium Schramm
Rafael Uber

Impressão

Gráfica Mayer, Pomerode - SC

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Um Retrato dos Trabalhadores de Material Reciclável de Joinville/SC
Diagnóstico das potencialidades socioeconômicas para organização
dos trabalhadores de material reciclável de Joinville/SC

Autoras: Ana Aparecida Pereira / Fátima Mottin

Prefácio: Udo Döhler | Braulio César da Rocha Barbosa | Ana Aparecida Pereira | Equipe SENAES/MTE

Depoimentos: Anderson Ramalho da Silva, diretor presidente Unidade de Reciclagem Sul - URS | Angelina Gura, vice-diretora Unidade de Reciclagem Sul - URS | Joseane Oliveira de Souza, cooperada da Unidade de Reciclagem Sul - URS | Janaina Aparecida Castelhana, vice-coordenadora ASSECREJO - Unidade de Reciclagem Leste - URL | Antenor Aparecido Castelhana, segundo conselheiro fiscal da ASSECREJO - Unidade de Reciclagem Leste - URL | Jurema Paiva, moradora Bairro Floresta | Associação de Moradores São Francisco de Assis - AMOSEFA

Colaboradores: Denise Cechinel da Silva | Fábio Luis de Oliveira | José Joaquim Vasconcellos | Lisielen Miranda Goulart | Marcus Rodrigues Faust

Execução: Prefeitura Municipal de Joinville | Secretaria de Assistência Social | SENAES/MTE

Realização: Painel Instituto de Pesquisas
Joinville, SC : Painel Instituto de Pesquisas : Núcleo Criativo Painel, 2015

Bibliografia

1. Materiais - Reciclagem
2. Mercado de trabalho - Brasil
3. Reciclagem (Resíduos etc.)
4. Reaproveitamento (Sobras, refugos, etc.)
5. Trabalhadores de material reciclável - Joinville (SC)
 - I. Pereira, Ana Aparecida.
 - II. Mottin, Fátima.

Índices para catálogo sistemático:

1. Mercado de trabalho : Reciclagem : Joinville : Santa Catarina : Economia 331.12098164
-

Gestão Pública Municipal de Joinville - 2015

Prefeito
Udo Döhler

Vice-prefeito
Rodrigo Coelho

Secretaria da Assistência Social – SAS
Bráulio César da Rocha Barbosa

Equipe do Projeto (Pesquisa, Relatório Técnico e Livro Diagnóstico)

Coordenação Técnica do Projeto
Ana Aparecida Pereira, Coordenadora de Área – SAS

Apoio Técnico do Projeto
Denise Cechinel da Silva, Assistente Social CRESS 12° Região 3903 – SAS

Secretaria da Assistência Social
Bráulio César da Rocha Barbosa, Secretário – SAS
Fábio Luís de Oliveira, Diretor Executivo – SAS
Marcus Rodrigues Faust, Gerente da Unidade de Gestão e Fomento à Geração de Renda – GUGR/SAS

Acompanhamento e Controle Social
Paulo Dalfovo Neto, Consulado da Mulher
Maria da Penha Lage Camargo, Assistente Social CRESS 12° Região 4234 – SAS
Arthur Rancatti, Instituto Lixo Zero Brasil – ILZB
Iraíde Ribeiro de Paula da Costa, Unidade de Reciclagem Sul - URS
Márcia Regina Monteiro, Coordenadora ASSECREJO - Unidade de Reciclagem Leste - URL
Anderson Ramalho da Silva, Diretor presidente Unidade de Reciclagem Sul - URS
Daniel Tomazoni – UNISOL Brasil

Órgão Público Parceiro
Gestão Pública Compartilhada (Secretaria de Infraestrutura Urbana – SEINFRA,
Secretaria do Meio Ambiente – SEMA e Secretaria de Assistência Social – SAS)
Procuradoria Geral do Município – PGM
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville – IPPUJ
Câmara de Vereadores de Joinville – CVJ

Instituição não Governamental Parceira
Comitê Gestor da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária – CGPMFES
Instituto Lixo Zero Brasil - ILZB
Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR
Programa PRÓ – CATADOR
UNISOL Brasil

Painel Instituto de Pesquisa

Coordenação Geral
Ermelinda Maria Uber Januário

Coordenação de Projeto
Maria Helena Provenzano

Análise Estatística
Fátima Mottin
CONRE 9013A

Base Cartográfica
Valmir Alves da Silva

Supervisão de Campo
Diana Maria Garbin de Castilhos
Francine Duarte
Maria Helena Provenzano
Rafaela Seino Ferreira

Equipe de Campo
Sandra Nadalin Drugovich
Olga Diná Karsten de Mello
Lucimar Oliveira Argus
Keila Mariele Castilho de Bueno
Lucia Dias Borba

Agradecimento

Aos trabalhadores de material reciclável – catadores...

Agradecemos em especial aos protagonistas desta inspiradora obra, os incansáveis trabalhadores de material reciclável de Joinville, que contribuíram decisivamente respondendo os questionários, disponibilizando imagens e depoimentos de suas vidas, laboral e social, possibilitando a publicação deste Livro Diagnóstico.

*Ana Aparecida Pereira
Fátima Mottin*

Agradecimento

Aos colaboradores para o enriquecimento da obra...

*Anderson Ramalho da Silva
Ana Aparecida Pereira
Antenor Aparecido Castelhana
Angelina Gura
Associação de Moradores São Francisco de Assis
Denise Cechinel da Silva
Equipe Painel Instituto de Pesquisas
Fábio Luis de Oliveira
Fátima Mottin
Iraíde Ribeiro de Paula da Costa
José Joaquim Vasconcellos
Janaina Aparecida Castelhana
Joseane Oliveira de Souza
Jurema Paiva
Lisielen Miranda Goulart
Marcus Rodrigues Faust*

*Ana Aparecida Pereira
Fátima Mottin*

Agradecimento

Agradecemos ao prefeito, Udo Döhler e ao vice-prefeito, Rodrigo Coelho, pela capacidade de gestão em entender a importância e dar vazão ao projeto dos trabalhadores de material reciclável em Joinville.

Agradecemos ao secretário da Assistência Social Bráulio Barbosa, pela confiança dispensada na continuação de tão importante trabalho para sociedade Joinvilense.

Agradecemos a Tânia Eberhardt, secretária da Secretaria de Assistência Social, quando do início da execução do projeto, por ter acreditado em nosso trabalho, possibilitando tão iminente desafio.

Agradecemos ao diretor-executivo, Fábio Luis de Oliveira, eminente secretário da Secretaria de Assistência Social, pelo apoio incondicional ao projeto e a todo trabalho simultâneo realizado em prol aos trabalhadores de material reciclável, que subsidiou e enriqueceu esse Diagnóstico.

Agradecemos ainda a Gerência da Unidade de Gestão e Fomento à Geração de Renda, na pessoa do gerente, Marcus Rodrigues Faust, pela atenção dada a tão imponente projeto de inclusão dos trabalhadores de material reciclável e toda equipe técnica envolvida no processo de incubação e formação profissional, na pessoa das coordenadoras dos serviços – Lisielen Miranda Goulart e Luciane Mattos Spadini, que sem sombra de dúvidas, com muita competência e; em conjunto com os demais servidores da gerência darão continuidade e incremento a esse e demais projetos que contemplem a coletividade.

Por fim agradecemos a Equipe de Profissionais da Painel Pesquisa, empresa realizadora de tão sonhado projeto, na pessoa da diretora executiva Ermelinda Uber e da coordenadora técnica Fátima Mottin, pela capacidade, comprometimento técnico e social que tratou esse honroso Diagnóstico. Para nós da Gestão Pública Municipal, é um orgulho trabalhar com empresas que são integras e parceiras na prestação de serviço de qualidade que resultam em benefícios significativos direta ou indiretamente aos municípios.

‘É prudente e ético que todo bom trabalho desenvolvido pelo Poder Público imbuído à coletividade tenha continuidade, sobrepondo-se os interesses de pessoas ou grupos’.

Ana Aparecida Pereira

Mensagem

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos para sabermos o que seremos.

Paulo Freire

Prefácio

Atividade que recria o que antes era dispensado...

A cidade de Joinville sempre contou com pessoas que a transformaram ao longo de sua história. O Município é marcado por cidadãos que buscam o desenvolvimento e uma maneira melhor e mais justa de se viver, e os trabalhadores de material reciclável de Joinville participam ativamente desta realidade. Eles se preocupam em crescer e deixar uma cidade melhor para nós e para nossos filhos. Cidade esta que está sendo pensada para os próximos 30 anos e que sempre realizou, no presente, ações voltadas ao futuro.

Os Trabalhadores de Material Reciclável – *catadores*, são trabalhadores que todo dia arregaçam as mangas e vão, de *mãos limpas*, recuperar e trazer de volta à sociedade o que antes iria para o lixo. Uma atividade que recria o que antes era dispensado, que preserva o meio ambiente, e que promete ser uma atividade em amplo desenvolvimento e destaque.

Udo Döhler

Prefeito Municipal de Joinville/SC



Os programas sociais possuem seu êxito medido pela quantidade de pessoas que dele não mais necessitam...

Em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, promulgada pela lei nº 12.305/10, a cidade de Joinville passa a atuar fortemente para resolver o problema da gestão de resíduos sólidos urbanos sob a ótica econômica e técnica, tendo como objetivos minimizar os impactos ambientais através da coleta, destinação adequada, e reciclagem de resíduos, além de contribuir para a geração de renda e inclusão social da população de trabalhadores de material reciclável – *catadores*, garantindo-lhes o exercício da plena cidadania com condições dignas de trabalho e acesso a serviços públicos.

O termo lixo sempre teve uma conotação negativa. Ao dar valor ao lixo, pelo seu trabalho, o trabalhador de material reciclável alimenta o próprio processo de ressignificação positiva da sua atividade laboral. A transformação destes descartes em novas mercadorias e sua reinserção no ciclo produtivo geram claros benefícios para a natureza e para a sociedade.

A nossa cidade, assim, cumpre a missão de auxiliar, para que o indivíduo possa ser o protagonista da sua própria vida, e que reste, do contato com a assistência social, apenas uma vaga lembrança de um passado que não mais retornará, *pois os programas sociais possuem seu êxito medido pela quantidade de pessoas que dele não mais necessitam.*

Braulio César da Rocha Barbosa
Secretário da Assistência Social de Joinville/SC

Secretaria de
Assistência Social



Percepção do ontem, do hoje e do futuro da Reciclagem...

A expressão ‘*nada se cria tudo se transforma*’ sempre me soprou prolixa, nesse caso em particular torna-se um fato corriqueiro e fabuloso como deflagrado na vida dos *trabalhadores de material reciclável*, comumente conhecidos como catadores. Como quem não quer nada e procurando achar o rumo do traçado, suas histórias se confundem – vida social e laboral; esses homens e mulheres aguerridos vivem dentro de um contexto de fragilidades e vulnerabilidades social visível perante a sociedade, que por vezes os impõem estereótipos de juízo.

Minha percepção se destina do ponto de partida de onde iniciei desafiadoramente esta incumbência, à cerca de três anos atrás exercendo minhas funções como servidora pública na Secretaria de Assistência Social – SAS, ao que me cabia acompanhá-los diante desse mundo paralelo, quase que abrigado nas periferias da cidade; permitindo-me vivenciar experiências avessas; os sentimentos se afloraram, com eles chorei, situações me causaram espanto diante de paradoxos de seu cotidiano, mas também muitas e muitas vezes gargalhei com seus contos, ensaiamos o Coral ‘*reciclando sorrisos*’, e até nos arriscamos em uma Peça Teatral ‘*reciclar é para todos*’, ambas, manifestações culturais são apresentadas em vários eventos na Cidade, são verdadeiros artistas. Contudo, as poucas ferramentas de trabalho que utilizei foi o exercício da escuta, do olhar e a do diálogo contínuo, compreendendo ao passo do processo de Educação.

Diante desse elo permitido pude constatar o que denotará aos leitores desta obra uma grata surpresa de ânimo, superação e entusiasmo dessa brava gente brasileira de muito valor e ousadia. Tenho a nítida impressão que dos meus 19 anos de serviço público municipal prestado aos munícipes de Joinville, ao mesmo tempo em que o desafiador do iminente encargo recebido me foi emanado o presente de trabalhar e contribuir com o processo de identificação, caracterização e organização desses trabalhadores, concedendo-me o direito mais do que iminente, de me ajustar diante do mundo cíclico que vivemos.

Vale apenas ressaltar que os trabalhadores de material reciclável de Joinville são de longe a maior forma de expressão no que concerne a superação e o discernimento do livre arbítrio que já testemunhei. De modo que intrinsecamente faz-se necessário que as *Políticas Públicas* de responsabilidade das três esferas de Governo (municipal, estadual e federal) deem continuidade absoluta ao processo de identificação dessa classe de trabalhadores, condições para sua organização coletiva, capacitação e profissionalização, a promoção para a formalização e regularização de suas atividades e empreendimentos dentro do conceito justo e solidário; para que esses trabalhadores possam se assentar ao *mundo do trabalho* fazendo parte operante da

economia formal de nosso parque fabril; e, de uma vez por todas consigam emergir para a Sociedade sem raspas ou arestas, como outro trabalhador de qualquer atividade profissional já inserido no mercado formal de trabalho.

À *Sociedade*, aí de nós sem os trabalhadores de material reciclável, aí do meio ambiente sem seus préstimos. Mesmo com todos os esforços imbuídos a Secretaria de Assistência Social – SAS para o acompanhamento socioassistencial dessa população e os investimentos aplicados para o adequado Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos – GRSU, que incentivam a Coleta Seletiva Municipal – CSM e demais práticas de reciclagem, executado pela Secretaria de Infraestrutura Urbana – SEINFRA; bem como o manejo para promover a proteção ambiental imputada a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, ou seja, da educação ambiental contínua, há implementação sistemática do Plano Municipal de Manejo de Resíduos Sólidos – PMMRS, com aplicabilidade irrepreensível de todos os órgãos públicos responsáveis.

Cabe ressaltar que o trabalho premente da *Administração Pública de Joinville* frente a sustentabilidade socioambiental; e, o *apoio contínuo em prol a modernização de Políticas Públicas a essa problemática mundial*, são irrefutáveis para o completo ciclo da cadeia produtiva da reciclagem engrenar e perdurar em nosso território, trazendo assim, retorno do ponto de vista á manutenção e preservação do meio ambiente, da inclusão social desses trabalhadores, à promoção à saúde pública coletiva, como também, para o desenvolvimento e crescimento econômico autossustentável da cidade de Joinville. E, por fim, retorno aos cofres públicos, por meio da geração de impostos, empregos e renda, e, por conseguinte, aumentar a arrecadação de impostos municipais, cenário que aponta certamente como uma das atividades que mais crescerão no mundo contemporâneo.

Ana Aparecida Pereira

Pedagoga, Especialista em Saúde do Trabalhador,
Professora, Mestre Em Saúde e Meio Ambiente,
Coordenação Técnica do Projeto.

Figura 1: Trabalhos realizados com os Trabalhadores de Material Reciclável – SAS 2013 a 2015



Ensaio do coral Reciclando Sorrisos - associados, ASSECREJO



Apresentação do teatro Reciclar é para Todos, no HRHDS - associados, ASSECREJO



Apresentação do teatro Reciclar é para Todos, no HRHDS - associados, ASSECREJO



Ensaio e apresentação do coral, I Seminário Municipal de Recicladores de Joinville



I Congresso Nacional Juventude do Instituto Lixo Zero Brasil

Fonte: SAS, 2014

O desafio da política pública em dar respostas...

A SENAES festeja, parabeniza e compartilha o lançamento do livro com “Diagnóstico das Potencialidades Socioeconômicas para Organização dos Trabalhadores de Material Reciclável de Joinville/SC”. A pesquisa contemplou 601 trabalhadores de material reciclável que atuam no município de Joinville, atuando de forma individual e organizados em associações e cooperativas, nas ruas e nas Unidades de Reciclagem, proporcionando uma visão real do contexto socioeconômico, das condições de trabalho de coleta e triagem de resíduos e dos processos organizativos que estão sendo realizados para a inclusão social e produtiva desses trabalhadores e trabalhadoras na implantação da política de resíduos sólidos.

O diagnóstico foi realizado no âmbito do convênio nº 765248/2011, celebrado em 27/12/2011 entre esta SENAES/MTE e a Prefeitura de Joinville com o objetivo de “Proporcionar aos trabalhadores de material reciclável de Joinville possibilidades de organização e melhorias nas condições de trabalho”. A ação de inclusão socioeconômica dos Catadores de Material Recicláveis está prevista no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2012-2015), insere-se no Programa Temático 2067 – Resíduos Sólidos, onde está prevista a Iniciativas 00ZE: “Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos”.

Trata-se do reconhecimento de que a questão da inclusão dos catadores de materiais recicláveis apresenta-se hoje como um eixo estratégico para o poder público e a sociedade, possuindo implicações sociais, ambientais, culturais e econômicas, relacionadas ao modelo de desenvolvimento predominante. As implicações comportamentais relacionadas às práticas de consumo da sociedade repercutem diretamente nas questões ambientais porque lida com um dos elementos de maior impacto no meio ambiente: os resíduos urbanos. Do ponto de vista social, envolve diretamente indivíduos que tiram seu sustento de um sistema de consumo do qual são, eles próprios, excluídos.

Segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o número de trabalhadoras e trabalhadores que se dedicam às atividades desta cadeia produtiva é de 400 a 600 mil, distribuídos principalmente nas áreas de coleta, triagem e classificação de materiais recicláveis, mas, mais de 90% deste total ainda realiza as atividades de forma isolada, nos lixões e ruas dos municípios brasileiros. Daí o desafio da política pública em dar respostas adequadas e permanentes às suas necessidades de formação e assessoria técnica, acesso a crédito, infraestrutura, instrumentos de comercialização para os produtos, arquitetura institucional adequada, etc.

Nos últimos anos foram implementadas políticas públicas de apoio e fomento a esse setor produtivo, em diversas áreas e níveis de governo. Exemplos disso são o Decreto 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; e a alteração, por parte da Lei 11.445, do XXVII do Art. 24 da Lei 8666/93, que dispensa licitação na contratação de associações e cooperativas para a coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos, desde que compostas por pessoas físicas de baixa renda. Para articular essas ações, foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Recicláveis - CIISC, com o objetivo de articular, no âmbito dos Ministérios e órgãos públicos, as ações de apoio e fomento ao segmento dos catadores de materiais recicláveis. A conquista mais recente no campo legislativo - e provavelmente a mais significativa - dos catadores e de quem defende os direitos deste segmento foi a sanção e a regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS (Lei 12.305/10), com a inclusão das cooperativas e associações de catadores, estando presentes inclusive entre os objetivos do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Apesar dos recentes avanços, há ainda muito a ser feito para que as conquistas obtidas sejam efetivas e se reflitam na vida cotidiana de catadores e catadoras do Brasil. Se por um lado, a obrigação imposta pela PNRS de encerramento dos lixões e a construção de aterros sanitários significam um grande avanço na questão ambiental, esse mesmo avanço na questão social somente se dará se houver apoio público para os trabalhadores e trabalhadoras que tiram desses inadequados locais, o seu sustento. Antes do encerramento dos lixões - que serão substituídos por aterros sanitários - e da implantação dos planos municipais de coleta seletiva, faz-se necessário um trabalho com os catadores para que sejam sensibilizados, acompanhados, cadastrados, encaminhados para ações de qualificação técnica e assessoria/incubação a fim de constituírem e/ou reforçarem suas organizações produtivas.

Na perspectiva do acesso a direitos, a política de apoio e fomento ao segmento dos catadores exige a combinação de esforços em múltiplas direções, desde o acesso a linhas de crédito adequadas, assessoria técnica, alfabetização, elevação de escolaridade, educação profissional e tecnológica, formação para a autogestão e fortalecimento institucional do associativismo e do cooperativismo na cadeia produtiva da reciclagem, além do acesso a moradia, saúde demais direitos sociais.

Por isso mesmo, as ações da SENAES/MTE em parceria com Governos Estaduais, Municípios e Organizações da Sociedade Civil possuem os seguintes objetivos:

- a) Identificar, mapear, sensibilizar e mobilizar catadores e catadoras de material reciclável que não estão adequadamente organizados em associações ou cooperativas, cujo trabalho ainda é realizado em “lixões” ou nas ruas, de forma precária, individual ou desarticulada;
- b) Realizar processos integrados e sistemáticos de alfabetização e/ou elevação de escolaridade, formação social, profissional, política e cultural dos catadores de materiais recicláveis;
- c) Promover a incubação e assessoria técnica na constituição e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários constituídos por catadores e catadoras de materiais recicláveis com vistas à melhoria das condições de vida, de trabalho e de renda;
- d) Estimular a criação e o fortalecimento de redes de cooperação atuantes nas cadeias produtivas de resíduos sólidos, constituídas por empreendimentos econômicos solidários de catadores e catadoras de materiais recicláveis com vistas à consolidação organizativa das atividades de coleta, triagem e reciclagem e à logística reversa;
- e) Promover articulação e diálogo com diferentes entes públicos, privados e da sociedade civil, com vistas à construção de soluções locais para a inclusão dos catadores de materiais nos processos de destinação adequada dos resíduos sólidos; e
- f) Apoiar ações de ampliação do acesso aos serviços públicos de proteção social, educação, saúde, cultura e lazer a catadores e catadoras de materiais recicláveis.

É nesse contexto e com essas orientações que saudamos e valorizamos o trabalho que ora realiza-se em Joinville e agradecemos pela oportunidade de conhecer com a devida profundidade a realidade dos catadores e catadoras de materiais recicláveis que o presente diagnóstico proporciona. Desejamos que sirva de exemplo a outras iniciativas pelo cuidado profissional e o compromisso cidadão com que foi realizado.

Equipe SENAES

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES

Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apresentação

A importância da reciclagem é conhecida, porém a sua prática passa por várias fases, e em muitas delas, a sociedade esquece da importância da sua participação ativa. Ao produzir, o que ainda, erroneamente, se chama de “lixo”, a sociedade não dá a devida atenção na separação dos resíduos sólidos, esquecendo-se que não é apenas uma questão relacionada à preservação do meio ambiente, mas de melhoria da qualidade de vida das pessoas que trabalham com material reciclável e delas geram sua renda.

Hoje, este grupo de pessoas que se autodeclararam como discriminadas e desvalorizadas pela sociedade, fazem um papel fundamental no ciclo de reaproveitamento de materiais recicláveis, coletando, casa a casa, e separando, seja no pátio das suas residências ou em locais próprios como das Unidades de Reciclagem – UR.

O projeto contemplou uma pesquisa quantitativa que abordou e entrevistou 601 trabalhadores de material reciclável, dos quais haviam trabalhadores individuais (335 entrevistados), trabalhadores de UR (259 entrevistados), tanto de cooperativas como contratados por empresas privadas, e alguns gestores de empresas de reciclagem (7 entrevistados), que responderam a um questionário de forma autodeclaratória, ou seja, a pergunta era feita e o entrevistado respondia ou não, conforme se sentisse confortável no processo de entrevista.

A pesquisa foi realizada no Município de Joinville, no primeiro semestre de 2015, e retrata a vida dessas pessoas que trabalham com material reciclável, iniciando pelo perfil individual, familiar e de residência, incluindo a forma de trabalho, no processo e na organização, até suas percepções em relação à atividade e à sociedade. Todas as características foram descritas com riqueza de detalhes no relatório técnico, produzido em volume independente deste livro, que servirá como base para o processo contínuo de planejamento estratégico de gestão, de forma coletiva e participativa dos atores sociais envolvidos. Esta obra, *Livro Diagnóstico* tem por objetivo ser um instrumento de divulgação resumida e simplificada da pesquisa técnica. Porém alguns detalhes amplos sobre a metodologia são descritos no Apêndice A.

Neste livro são abordadas algumas partes do relatório técnico, que foram julgadas mais importantes para compor a obra, iniciando com uma contextualização das características da Cidade de Joinville, para que o leitor possa se familiarizar com a realidade do Município e vivenciar melhor os resultados aqui apresentados. Os demais capítulos tratam dos principais resultados da pesquisa, resumidos dentro do contexto.

A apresentação da pesquisa começa no capítulo dois, que trata do perfil do Trabalhador de Material Reciclável – TMR, abordando características individuais, familiares, de renda e profissão. Ainda neste capítulo é apresentado o envolvimento da família com a atividade de reciclagem, que apresentou um total de 1.192 pessoas envolvidas.

No terceiro capítulo aborda-se o processo de reciclagem como um todo, das características da coleta a forma de separação, seja ela realizada de forma individual ou coletiva em UR. Neste momento além da visualização do processo serão abordados temas importantes como a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e também os riscos que envolvem o processo produtivo da atividade de reciclagem: acidentes, agravos e doenças relacionadas ao trabalho.

Um dos temas mais importantes para a organização da categoria é apontado no capítulo quatro, o qual descreve a forma e os motivos que ainda perpetuam o trabalho de forma muito individual. Questões como a falta de informação, impedem o trabalho coletivo e organizado, que poderia trazer incremento de renda às famílias dentro de uma atividade formal.

Buscando identificar a motivação do trabalho neste quinto capítulo, abordar-se-á questões de percepção, apoio e as perspectivas em relação ao trabalho com material reciclável. Identificar suas motivações e anseios torna-se fundamental para idealizar *Políticas Públicas* – PP que atendam e norteiam as necessidades apontadas em todo processo de pesquisa.

A *responsabilidade da sociedade*, tema do capítulo sexto, é discutida em cima de um dos resultados da pesquisa: deflagrando para a necessidade premente de campanhas de *educação socioambiental* para adequação do manejo de separar o Resíduo Sólido Urbano – RSU. Novamente recorreremos à palavra

errônea, “lixo”, que ainda permeia as cidades em todas as suas dimensões e atividades, e faz com que a atitude da separação atual não seja ainda a mais adequada. É importante ressaltar o papel de cada um, indivíduo a indivíduo, no processo de reciclagem, para não *jogarmos nos aterros sanitários*, o que pode ser reaproveitado.

O sétimo capítulo contempla a visão da *Administração Pública Municipal* quanto ao avanço futuro de *Políticas Públicas e Manejo de Gestão* diante do resultado apresentado; e finalizando, o capítulo oito mostrará os registros fotográficos, em todo o processo de pesquisa.

Por fim, a produção deste *Livro Diagnóstico* almeja que seus resultados *despertem uma consciência socioambiental*, e que mesmo os *leitores mais leigos* no assunto, façam proveito na identificação de atitudes que melhorem as práticas diárias, de manejo do RSU em suas residências, empresas e locais de convivência comunitária, tanto na tentativa de reequilibrar o meio ambiente, repensando o modo de consumo, como reduzindo a produção dos resíduos e consequentemente a sua devida reciclagem e destinação final adequada. Seja ele um trabalhador de material reciclável capaz de perceber o incremento da renda obtida no trabalho de forma organizada, bem como todos os demais cidadãos na participação ativa desse processo de preparar melhor seus resíduos sólidos para a reciclagem, num esforço para o reconhecimento do investimento público na Coleta Seletiva Municipal – CSM.

Fátima Mottin

Estatística – CONRE 9013A

Diretora Técnica

Painel Instituto de Pesquisas

painel
Instituto de Pesquisas

Lista de figuras e tabelas

Figura 1: Trabalhos realizados com os TMR – SAS 2013 a 2015.....	19
Figura 2: Como vivem os TMR.....	50
Figura 3: TMR - Residentes e não residentes em Joinville/SC.....	51
Figura 4: Mapa do Bairro de residência dos TMR	53
Figura 5: Gênero dos TMR por forma de organização do trabalho.....	54
Figura 6: Fotos das UR	54
Figura 7: Faixa etária predominante por forma de organização do trabalho	56
Figura 8: Percentual de Pessoas que autodeclararam ter alguma deficiência.....	56
Figura 9: Fotos das famílias dos TMR.....	57
Figura 10: Percentual de trabalhadores com duas fontes de renda	58
Figura 11: Percentual de TMR que contribuem com o INSS.....	59
Figura 12: Vulnerabilidade a que são expostos os TMR	60
Figura 13: Residências transformadas em pontos de separação.....	61
Figura 14: Envolvimento da família.....	63
Figura 15: Mapa do Bairro de residência de todas as pessoas envolvidas	64
Figura 16: O trabalho no dia a dia em cada forma de organização	66
Figura 17: Materiais coletados.....	72
Figura 18: Forma de coleta.....	73
Figura 19: Mapa dos Bairros com maior concentração de coleta de materiais	74
Figura 20: Terrenos e residências utilizados para armazenagem e separação.....	75
Figura 21: Mapa dos Bairros em que é feita a triagem.....	77
Figura 22: Capacitação importância do uso de EPI's - CENEC e SAS/2015	79
Figura 23: Distribuição de uniformes, aos associados da URL e URS, SAS/2015.....	80
Figura 24: Uso de EPI e Uniformes	81
Figura 25: Álcool e tabagismo nos TMR	82
Figura 26: Registro do processo da CSM.....	83
Figura 27: Registro do processo de chegada da CSM nas UR	84
Figura 28: Registro da finalização do processo nas UR	85
Figura 29: Processo de coleta dos Individuais	86
Figura 30: Organização do trabalho.....	90
Figura 31: Reunião promovida pela Guarda Municipal e SAS com os TI – SAS 2015	91
Figura 32: Audiência Pública e Reunião Comissão de Legislação e Justiça CVJ.....	93
Figura 33: Mapa de Moradia dos interessados em trabalhar de forma coletiva	94
Figura 34: Registros fotográficos da URS, SAS/2014/2015	100
Figura 35: Registros fotográficos da URL, sede da ASSECREJO – SAS/2014/2015.....	101
Figura 36: Execução do Projeto Ambiental AMOSFA/Floresta, 2013	110
Figura 37: Encontros de planejamento de gestão - SAS/2013 a 2015.....	121
Figura 38: Registros fotográficos da Pesquisa.....	126
Tabela 1: Entrevistados por Bairro de Residência.....	52
Tabela 2: Faixa etária dos entrevistados.....	55
Tabela 3: Uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPI	78

Lista de abreviações e siglas

ACE	Associação Catarinense de Ensino
AGIP	Área de Gestão e Inclusão Produtiva
AMOSFA	Associação de Moradores São Francisco de Assis
ANIPES	Associação Nacional de Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística
ASM	Aterro Sanitário Municipal
ASSECREJO	Associação Ecológica de Catadores e Recicladores de Joinville
CF	Constituição Federativa do Brasil
CGPMFES	Comitê Gestor da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNEC	Colégio Cenecista José Elias Moreira
CSM	Coleta Seletiva Municipal
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ES	Economia Solidária
FUNDAMAS	Fundação Albano Schmidt
GRSU	Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos
GT	Grupo de Trabalho
GUGR	Gerência de Unidade de Gestão e Fomento à Geração de Renda
HRHDS	Hospital Regional Hans Dieter Schmid
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville
LOT	Lei de Ordenamento Territorial
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	Normas Regulamentadoras
PGM	Procuradoria Geral do Município
PHB	Projeto Habitar Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Painel Instituto de Pesquisa
PMAS	Política Municipal de Assistência Social
PMJ	Prefeitura Municipal de Joinville
PMMRS	Plano Municipal de Manejo de Resíduos Sólidos
PMRSJ	Política Municipal de Resíduos Sólidos -2013
PNRS	Política Nacional de Resíduo Sólido - 2010
PP	Políticas Públicas
PRÓ-CATADOR	Programa Inclusão dos Catadores de Material Reciclável
RSR	Resíduos Sólidos Recicláveis
RSU	Resíduo Sólido Urbano
SAS	Secretaria de Assistência Social
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura Urbana
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIOP	Serviço de Incentivo às Organizações Produtivas

SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TC	Trabalho Coletivo
TEX	Trabalho Experimental de Curso
TI	Trabalho Individual
TMR	Trabalhador de Material Reciclável
UNISOL Brasil	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville
UR	Unidade de Reciclagem
URL	Unidade de Reciclagem Leste
URS	Unidade de Reciclagem Sul

Sumário

1.	Introdução	35
1.1	Origem e Histórico da Cidade de Joinville	37
1.2	Características Geopolítica e Socioeconômica de Joinville	38
1.3	Contexto do Resíduo Sólido Urbano	40
2.	Perfil dos trabalhadores de material reciclável	49
2.1	De onde são e como vivem?	50
2.2	Renda e profissão	58
2.3	Envolvimento familiar.....	62
2.4	Renda com o trabalho de reciclagem	65
3.	Características do processo produtivo de material reciclável.....	71
3.1	As características e organização da coleta	72
3.2	A triagem	75
3.3	A Proteção da Saúde.....	76
3.4	Registro fotográfico do processo	83
4.	Organização do Trabalho.....	89
4.1	A tradição do Trabalho Individual - TI.....	90
4.2	O desconhecimento da forma do trabalho coletivo	91
5.	Percepção do trabalho.....	97
5.1	Motivação do trabalho com material reciclável.....	98
5.2	O comprometimento com o trabalho.....	98
6.	Sociedade	105
6.1	A responsabilidade da Sociedade	106
7.	Olhar da Gestão Pública Municipal	115
7.1	Presente e Futuro das Políticas Públicas.....	116
8.	Registro fotográfico da pesquisa	125
9.	Referências bibliográficas	135
	Apêndice A.....	141
	Apêndice B.....	143

1 Introdução

A Prefeitura Municipal de Joinville – PMJ, entidade proponente deste projeto, por meio da Secretaria de Assistência Social – SAS, mantém serviços, programas e projetos que são desenvolvidos de acordo com os níveis de complexidade, voltados as situações de vulnerabilidade ou de risco social e pessoal. A Política Municipal de Assistência Social – PMAS compreende os níveis de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Gerência de Unidade de Gestão e Fomento à Geração de Renda – GUGR, objetiva criar oportunidades para a emancipação, preferencialmente, de pessoas em situação de exclusão social, por meio de qualificação profissional e inclusão produtiva.

O Município de Joinville, reconhecendo a vulnerabilidade dos Trabalhadores de Material Reciclável - TMR, beneficiários da PMAS e as fragilidades no processo de Gerenciamento do Resíduo Sólido Urbano – GRSU, participou da chamada pública do Edital nº 004/2011 – Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES / Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e firmou o Convênio nº 765248/2011, que tem por objetivo *proporcionar aos trabalhadores de material reciclável de Joinville possibilidades de organização e melhorias nas condições de trabalho.*

Nesse sentido, a SENAES/MTE, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, no âmbito do Plano *Brasil sem Miséria*, resolve realizar o presente Edital com a finalidade de fomentar a organização, consolidação e sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação atuantes na coleta seletiva de materiais recicláveis, promovendo diálogos com o poder público local e outras entidades parceiras, no sentido de inclusão social, melhora na qualidade de vida e de trabalho e incremento na renda dos catadores e catadoras de material reciclável.

Diante do contexto o Projeto pretendeu gerar um diagnóstico social com o intuito de fomentar o desenvolvimento econômico e sustentável da cadeia produtiva da reciclagem na *Região de Joinville*, bem como ampliar e efetivar *Políticas Públicas* voltadas para os TMR, que visem o fortalecimento da categoria, a sua inclusão social, a sustentabilidade das organizações e a emancipação desses trabalhadores.

Pretende-se ainda mediante aos resultados do Diagnóstico, realizar ações adequadas e permanentes que possibilitem desenvolver e fortalecer a organização desses trabalhadores, com capacitações em autogestão, assessoramento técnico, além de acesso à infraestrutura adequada à atividade que desenvolvem, tanto no sentido do processo produtivo, de saúde e segurança do trabalho, como administrativo e comercial.

A proposta inicial do projeto foi idealizada de forma a contemplar a proposta publicada no referido no edital, baseando a execução de boa parte do recurso na formação de rede com o beneficiamento de material plástico triado. Entretanto, ao verificar a atual estrutura de gestão de Resíduo Sólido Urbano - RSU do Município e as formas de execução do projeto constataram a necessidade de reordenar o *Plano de Trabalho*, respeitando o objeto do convênio estabelecido e adequando o mesmo à realidade dos TMR, investindo especialmente na identificação, na organização, na formalização, na regularização e na profissionalização da categoria, bem como na infraestrutura básica adequada à atividade produtiva que desenvolvem nos processos administrativos e comerciais.

Atualmente a SAS acompanha cerca de 200 TMR organizados informalmente em sete Unidades de Reciclagem – UR, realizando a atividade de triagem e comercialização, em acordo ao Decreto Municipal nº 20.849, de 24 de junho de 2013, instituído pelo executivo municipal, num esforço compartilhado para organização dos TMR em cooperativas ou associações aptas a receberem Coleta Seletiva Municipal – CSM; e Lei complementar nº 395, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Política Municipal de Resíduos Sólidos de Joinville – PMRSJ, ambas em consonância com a Lei Federal nº 12.305/10, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

Além desses grupos, apresentaram-se no *Diagnóstico*, outras centenas de TMR que atuam no Município como TI, coletando material nas ruas, realizando a triagem dos RSU no pátio de seus domicílios, de forma precária e desarticulada com a categoria; e ainda outra centena triando de forma coletiva, entretanto, informalmente, em áreas irregulares sem o devido conhecimento da existência de *Políticas Públicas*. A situação desses trabalhadores remete, não somente à necessidade de organizá-los e formalizá-los, mas igualmente, de subsidiar a gestão desses grupos dentro dos princípios da ES, compreendendo a atividade econômica que desenvolvem de forma coletiva, autônoma e autossustentável.

Outra problemática desses grupos reporta a precariedade e a vulnerabilidade das instalações estruturais, bem como dos equipamentos de que dispõem para o desenvolvimento do trabalho de triagem do material; e ainda para a localização inadequada das UR, do ponto de vista ambiental e logístico. Não obstante a essa situação, os TMR não organizado, atuam no Município de forma individualizada e precária, sujeitos à exploração, especialmente no que concerne a comercialização do resíduo já triado, submetendo-se aos chamados *atravessadores*, que revendem o material para as indústrias.

A respeito desta realidade, os TMR de Joinville possuem representatividade no Comitê Gestor da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária – CGPMFES, instituído pelo Decreto Municipal nº 19.942/2012. Da mesma forma, os grupos organizados e acompanhados pelo Município, constituíram um comitê, não oficial, nomeado Comitê Pró-Catador, que recebe apoio e coordenação da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – UNISOL Brasil. Recebem ainda, apoio do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável – MNCR. Os grupos são acompanhados ainda e tem seus processos produtivos orientados por Instituições de Ensino da Região, como o Colégio Cenecista José Elias Moreira – CNEC a Associação Catarinense de Ensino – ACE; e a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE e demais organizações e instituições parceiras envolvidas.

1.1 Origem e Histórico da Cidade de Joinville

Habitualmente remonta-se o surgimento da Colônia Dona Francisca, atual cidade de Joinville, ao contrato assinado em 1849 entre a Sociedade Colonizadora de Hamburgo e o príncipe e a princesa de Joinville (ele, filho do rei da França, e ela, irmã do imperador D. Pedro II), mediante o qual estes cediam 8 léguas quadradas à dita Sociedade para que fossem colonizadas. Assim, oficialmente, a história de Joinville começa com a chegada da primeira leva de imigrantes europeus e a “fundação” da cidade em 9 de março de 1851 (IPPUJ, 2013).

Por volta da década de 1840, uma grave crise econômica, social e política assolou a Europa. Fugindo da miséria, do desemprego, de perseguições políticas, milhares de pessoas resolveram imigrar. Um dos destinos era a Colônia Dona Francisca, para onde vieram cerca de 17 mil pessoas, entre 1850 e 1888. Em sua maioria protestantes, luteranos, agricultores sem recursos,

estimulados pela propaganda que apresentava o lugar como se fosse um verdadeiro paraíso terrestre. A intenção da Sociedade Colonizadora, formada por banqueiros, empresários e comerciantes, era, entretanto, auferir grandes lucros com a “exportação” dessa “carga humana” e estabelecer uma Colônia “alemã”, vinculada aos interesses comerciais alemães, como, por exemplo, a especulação imobiliária (IPPUJ, 2013).

A diversidade étnica foi uma característica do processo colonizador em Joinville. À população luso-brasileira e negra juntaram-se, sobretudo os germânicos (alemães, e suíços que eram maioria no início – noruegueses, austríacos, suecos, dinamarqueses, belgas e holandeses), franceses e italianos em menor número. Os primeiros tempos na Colônia foram difíceis para os imigrantes. Enfrentaram a natureza, a mata fechada, o solo pantanoso, o clima úmido e as doenças tropicais, responsáveis por inúmeras mortes à época (IPPUJ, 2013).

Entre as décadas de 1950 e 1980, Joinville viveu outro surto de crescimento. Com o fim do conflito mundial, o Brasil deixou de receber os produtos industrializados da Europa. Isso fez com que a cidade se transformasse, em pouco tempo, num dos principais polos industriais do país, recebendo, por isso, a denominação de “Manchester Catarinense” (referência à cidade inglesa de mesmo nome). O perfil da população modificou-se radicalmente com a chegada de imigrantes vindos de várias partes do país, em busca de melhores condições de vida. Aos descendentes dos imigrantes que colonizaram a região, somam-se hoje pessoas das mais diferentes origens étnicas, formando uma população de cerca de 520 mil habitantes. Joinville vive atualmente o dilema de uma cidade que pretende preservar sua história e inserir-se na “modernidade” (IPPUJ, 2013).

1.2 Características Geopolítica e Socioeconômica de Joinville

A Região Metropolitana do Norte / Nordeste Catarinense, com sede no município de Joinville, possui sua Área de Expansão Metropolitana formada pelos municípios: Balneário de Barra do Sul, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Corupá, Garuva, Guaramirim, Irineópolis,

Itaiópolis, Itapoá, Jaraguá do Sul, Mafra, Major Vieira, Massaranduba, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú, Schroöder e Três Barras. Compõem o Núcleo Metropolitano os municípios de Joinville e Araquari.

A divisão política e administrativa do Município foi estabelecida conforme os seguintes parâmetros: a) Os limites da área urbana e rural de Joinville constam na Lei Complementar nº 318/2010, na descrição do perímetro urbano. Os limites do Município são descritos pela Lei Estadual nº 13.993, de 20 de março de 2007, que consolida divisas dos municípios catarinenses. b) O Distrito de Pirabeiraba tem seus limites definidos na Lei Municipal nº 1.526, de 5 de julho de 1977. E, c) A Lei de criação do município nº 566 – 15 de março de 1866.

Segundo o último censo demográfico realizado em 2010, a população de Joinville está estimada em 519.000 habitantes de acordo com o (IBGE, 2010). A cidade de Joinville é polo industrial da Região Nordeste do estado de Santa Catarina e concentra grande parte da atividade econômica na indústria girando um faturamento de US\$ 15 bilhões por ano, com destaque para os setores metal mecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico (PEREIRA, A.A, 2012).

O Produto Interno Bruto - PIB per capita de Joinville também é um dos maiores do País, em torno de US\$ 8.456 anuais. A cidade responde por 20% das exportações do estado, é considerado o terceiro maior polo industrial da Região Sul do País, com volume de receitas geradas aos cofres públicos, inferior apenas a Porto Alegre e Curitiba, transita entre os quinze maiores arrecadadores de tributos e taxas municipais, estaduais e federais do País. Joinville está na 13ª posição entre os municípios brasileiros de maior Índice de Desenvolvimento Humano – IDH 0.857 (IPPUJ, 2013).

Com relação à coleta urbana de lixo, apesar da população continuar crescendo, a quantidade de detritos depositados em aterros sanitários diminuiu. As indústrias tiveram grande contribuição, se organizaram, se reinventaram e reduziram em praticamente 50% a quantidade de lixo enviada aos aterros. Outra explicação para o fato é o início da coleta seletiva municipal – CSM em 2003, apesar de ser ainda um volume muito pequeno (IPPUJ, 2013).

O desenvolvimento da cidade de Joinville está diretamente vinculado ao crescimento demográfico e ao crescimento do seu parque industrial. Trazendo consigo o crescimento populacional, que provocou a rápida ocupação de áreas de risco, sendo esses fatores geradores de vulnerabilidade. Baseou-se na imigração oriunda principalmente do interior de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná. Na década de 1950 subitamente rompeu-se o equilíbrio entre a população urbana e rural observado desde a criação da Colônia (PEREIRA, A. A, 2012).

Segundo IPPUJ (2013), nas décadas de 1980 e 1990 com a abertura de mercado e a globalização, surge a competitividade e a concorrência para as empresas que buscam, através da reengenharia, da automação, da qualidade total e da terceirização, o aumento da produtividade, da redução de custos e redução de empregos. Para se ter uma ideia, na década de 1980, a média de empregados de algumas indústrias era de 10 a 12 mil trabalhadores, hoje essa média não passa de 5 mil. Havendo uma maior oferta do que demanda de mão de obra, as indústrias passam a levantar a necessidade de qualificação dos trabalhadores. Nos anos 1970, a mão de obra existente era formada por analfabetos, atualmente, para se empregar em uma empresa exige-se, no mínimo, o ensino médio.

Se por um lado o país e a cidade de Joinville estão numa fase de aquecimento das indústrias e do emprego, por outro lado existe a falta de trabalhadores qualificados para ocupar as vagas disponíveis. Essa “mão de obra” desqualificada se encontra no entorno da cidade, ou seja, nos bairros periféricos da região urbana. Tal fato pode ser verificado pelo índice de pobreza na cidade de Joinville de 27,95% conforme dados do IBGE (Mapa de Pobreza e Desigualdade – Municípios Brasileiros, IBGE, 2010).

1.3 Contexto do Resíduo Sólido Urbano

O lixo urbano ou Resíduo Sólido Urbano – RSU, como atualmente é chamado, resulta da atividade diária do homem em sociedade e os principais fatores que regem a origem e produção dos resíduos são o aumento da população e o desenvolvimento industrial (LIMA, 2004). Para o autor com processo de urbanização das cidades ocorreram diversas mudanças, uma delas, o incremento na produção de alimentos e bens de consumos e serviços, na tentativa de suprir as necessidades do mundo contemporâneo, o que acaba por

transformar cada vez mais matérias primas em produtos, gerando assim, maior quantidade de resíduos.

O Brasil produz cerca de 160 mil toneladas de RSU por dia, a situação atual exige soluções para a destinação final do resíduo, no sentido de aumentar a reciclagem e diminuir o seu volume, ou seja, é preciso produzir menos resíduo e só enviar para os aterros somente os rejeitos (PORTAL BRASIL, 2010).

Para (LIMA, 2004, p.7):

O lixo urbano, por ser inesgotável, torna-se um sério problema para os órgãos responsáveis pela limpeza pública, pois diariamente grandes volumes de resíduos de toda natureza são descartados no meio urbano, necessitando de um destino final adequado.

Segundo Pereira A. A (2012) os impactos negativos endereçados às cidades brasileiras pela disposição inadequada desses resíduos são inúmeros, que vai da degradação do meio ambiente, problemas sociais, problemas para saúde pública e até afetando a economia das cidades. Por outro lado, uma boa parte das administrações públicas municipais tem investido nos serviços públicos de limpeza urbana, como forma de manejo para tratar o lixo urbano de sua responsabilidade, por meio da coleta do resíduo sólido urbano domiciliar (material orgânico) e CSM (material reciclável), da implantação de aterros sanitários e de educação ambiental, na tentativa de dar solução para esse dilema.

De acordo com informações da SEINFRA a cidade de Joinville coleta cerca de onze mil toneladas mês de resíduos sólidos e semissólidos, destes, cerca de 10% são materiais recicláveis, coletados pela CSM e distribuídos aos grupos organizados de catadores aptos a receberem as cargas de material reciclável. Cabe ressaltar que esses números, não retratam o volume real dos materiais recicláveis, descartados em todo território e coletados na cidade.

Dentro desse cenário, temos a figura do catador, indivíduo que coleta dos resíduos descartados, materiais recicláveis para gerar renda. Os catadores surgem na sociedade com estereótipos e juízos preconcebidos, associando a imagem desse segmento de trabalhadores aos problemas gerados pelo lixo, tornando-os vítimas de preconceito, marginalizando-os perante a sociedade e vulnerabilizando suas relações políticas, sociais e econômicas. Como

resultado, tem-se a ineficiência de *PP* e de iniciativas no sentido de reconhecer essa categoria de trabalhadores, que acabam por desenvolver essa atividade econômica como mera forma de sobrevivência.

Diante desse contexto social, em 2001, a Administração Pública de Joinville passou a proibir as atividades de coleta dos catadores dentro do Aterro Sanitário Municipal – ASM, principal fonte utilizada, à época, para aquisição de resíduos e geração de renda. Contudo, o trabalho que se desenvolvia em condições sub-humanas e insalubres, forçou a ação efetiva do Município no sentido de reunir e organizar coletivamente os catadores, tanto do ASM, quanto das ruas, em busca de condições mais dignas de trabalho.

Nesse momento em acordo entre a categoria e representantes do Município foi fundada a primeira Associação Ecológica de Catadores e Recicladores de Joinville, conhecida como ASSECREJO I, com UR de triagem de material reciclável, subsidiada pela PMJ, para os trabalhadores da reciclagem associados, considerado marco histórico, segundo memórias de catadores remanescentes no documentário (Um Retrato da Reciclagem em Joinville, 2013).

Com o início da CSM, no ano de 2003, houve um aumento significativo do RSU acumulado no Município e a consequente necessidade de criação de um novo espaço para a gestão do material descartado. Foi constituída, em 2005, uma extensão da Associação Ecológica dos Catadores e Recicladores de Joinville, nominada como, ASSECREJO II, com um grupo de catadores do bairro Aventureiro, localidade Parque Joinville, visto que a coleta de resíduos era a principal atividade econômica desenvolvida naquela comunidade. No mesmo ano, em parceria com o Projeto Habitar Brasil – PHB, a PMJ construiu uma UR para que os catadores, moradores da região, desenvolvessem suas atividades de forma organizada e coletiva com subsídio do Município. Atualmente a ASSECREJO está unificada na Unidade de Reciclagem Leste – URL, e o número de associados gira em torno de 35 a 40 indivíduos. Localizada próxima à moradia da maioria dos trabalhadores, e sua estrutura passará por meio de processo licitatório por reforma e ampliação para adequação à atividade e ao grupo.

Ana Aparecida Pereira
Denise Cechinel da Silva

Localização das Unidades de Reciclagem

Secretaria Municipal de Assistência Social de Joinville/SC

- 1 ASSECREJO, Unidade Leste - URL
- 2 Unidade Sul - URS
- 3 Unidade Cubatão - Sr. Vitório
- 4 Unidade Santa Barbara - Sra. Ana
- 5 Unidade Aventureiro - Sr. Gilberto
- 6 Unidade Pirabeiraba - Sr. Osmar
- 7 Unidade Timbé - Sr. Jair
- 8 Unidade Baíte
- 9 Unidade Arceni Sucata
- 10 Unidade Belli Com. de Sucata
- 11 Unidade Bueno Com. de Sucata
- 12 Unidade Bini Com. de Sucata
- 13 Unidade Ferro Velho Limpeza
- 14 Unidade Galpão Sebastião
- 15 Unidade Ecolog
- 16 Unidade RCK. Com de Plástico
- 17 Unidade NSC Reciclagem
- 18 Unidade J.V Reciclagem
- 19 Unidade Marcos Sucatas
- 20 Unidade Piramide
- 21 Unidade Premoli Resíduos de Madeira
- 22 Unidade Souza Vazilhames
- 23 Unidade W.E Com. de Sucatas
- 24 Unidade Serjão Sucatas
- 25 Unidade Sul Ambiental
- 26 Unidade DNA Regina
- 27 Unidade Reciclagem Paranaguamirim
- 28 Unidade Sangalli Reciclagem
- 29 Unidade RF
- 30 Unidade Sem Denominação - 1
- 31 Unidade Sem Denominação - 2





Perfil

2. Perfil dos trabalhadores de material reciclável

“Tenho meu filho de 18 anos que trabalha comigo aqui. Desde pequena eu trabalho com isso. Criei meus quatro filhos só com o trabalho em material reciclável.”

Joseane Oliveira de Souza, que trabalha a mais de 14 anos com material reciclável, comentando sobre o envolvimento familiar, e dando ênfase que criou seus filhos com a reciclagem.

O diagnóstico mostra muito bem a tradição passada de ‘pai para filho’ no trabalho com reciclagem, observando fortemente o envolvimento familiar. Então, deve-se pensar hoje em *Políticas Públicas* de formalização, regularização e apoio a este grupo, sabendo-se que a abrangência é maior: entra nas casas, se propaga aos filhos e muda o futuro.

2.1 De onde são e como vivem?

Atualmente a reciclagem vem tomando o olhar tanto público quanto privado, pois é reconhecida como um negócio lucrativo, mas ainda embrionário, que necessita de organização e formalização da atividade, para que venha a alcançar sua potencialidade. Diante deste cenário informal, existem os TMR, poucos organizados em cooperativas, muitos trabalhando individualmente e algumas empresas privadas que vislumbraram no resíduo sólido uma oportunidade de negócio rentável. E, em meio a esses perfis com características diferenciadas, o governo vem tentando instituir suas *PP* para que sejam adequadas e possam auxiliar o setor a se desenvolver. Para tanto, é necessário conhecer esses trabalhadores.

Figura 2: Como vivem os TMR



Pensando nesse momento em que se descobre a reciclagem como um negócio lucrativo, passou-se a ter nos municípios o “roubo” do material reciclável, que é o trabalhador que faz coleta de rua em rua, e sabe os dias e o trajeto da CSM nos bairros e se antecipa a mesma, assim conseguindo um material mais “limpo” e com maior valor agregado. E isso acontece não só dentro do Município, mas na ação de trabalhadores que residem em cidades e estado circunvizinho e vem até Joinville por considerarem seus resíduos “mais ricos em materiais” para coleta. Em Joinville 2,2% dos entrevistados TMR não moravam na Cidade.

Segundo afirma Lima (2005), o lixo produzido pelo homem varia de acordo com o estilo de vida, o nível de riqueza, o grau de instrução, grau de urbanização e industrialização das sociedades urbanas.

Figura 3: TMR - Residentes e não residentes em Joinville/SC

Morador de Joinville 97,8% (588)

Não morador 2,2% (13)

Fonte: Painel Instituto de Pesquisas, 2015.



Os que moram em Joinville se concentram, principalmente em dois bairros: Paranaguamirim (13,6%) e no Aventureiro (12,2%).

Tabela 1: Entrevistados por Bairro de Residência

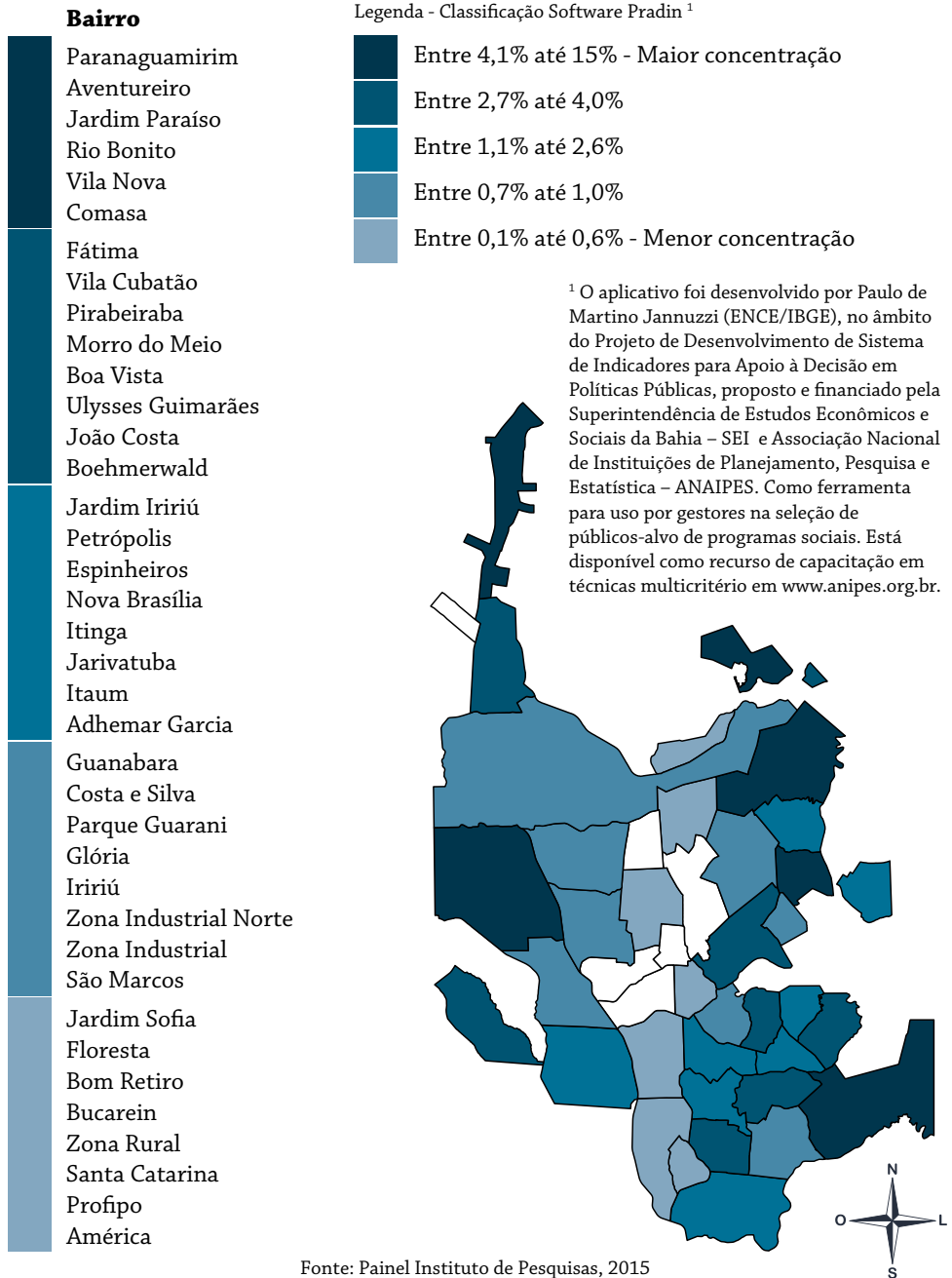
Bairro	Quantidade	(%)
Paranaguamirim	80	13,6%
Aventureiro	72	12,2%
Jardim Paraíso	43	7,3%
Rio Bonito	37	6,3%
Vila Nova	28	4,8%
Comasa	23	3,9%
Fátima	23	3,9%
Pirabeiraba	22	3,7%
Morro do Meio	22	3,7%
Boa Vista	21	3,6%
Vila Cubatão	20	3,4%
Morador de rua	20	3,4%
Ulysses Guimarães	17	2,9%
João Costa	16	2,7%
Boehmerwald	15	2,6%
Jardim Iririú	13	2,2%
Petrópolis	10	1,7%
Outros	104	17,7%
Respondentes*	588	100,0%

* Apenas os que moram em Joinville
 Fonte: Painel Instituto de Pesquisas, 2015

A tabela 1 também mostra que a pesquisa identificou 20 moradores de rua que se sustentam coletando e vendendo materiais recicláveis.

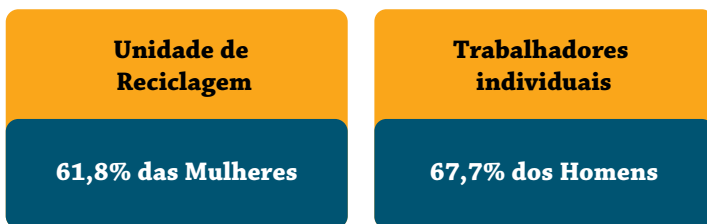
A seguir apresenta-se o mapa de Bairros de Joinville com a informação do número de TMR, respeitando uma distribuição de frequência relativa que os dividem em cinco grupos informando os bairros com maior concentração.

Figura 4: Mapa do Bairro de residência dos TMR



A pergunta de gênero apresentou um resultado bem interessante, que demonstra muito das características da forma de trabalho, os homens são maioria no TMR, 59,9%. Porém as mulheres são maioria (61,8%) entre os trabalhadores, quando em UR, atividade esta, que requer mais comprometimento com horário e trabalho em grupo, o que afasta o gênero masculino que prefere o TI, no qual se encontrou 67,7%, de todos os homens que trabalham com material reciclável.

Figura 5: Gênero dos TMR por forma de organização do trabalho



Fonte: Painel Instituto de Pesquisas, 2015

A faixa etária dos entrevistados mostra uma concentração maior de pessoas de 40 a 49 anos, 23,6%, e ainda um percentual alto de idosos, com 60 anos ou mais, 16,0%. À frente vamos falar mais dos idosos que apareceram representativamente nesta classe de trabalhadores.

Figura 6: Fotos das UR



Tabela 2: Faixa etária dos entrevistados

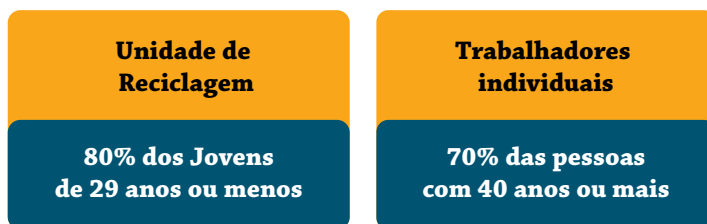
Resposta	Quantidade	(%)
17 anos ou menos	3	0,5%
De 18 anos a 21 anos	36	6,0%
De 22 anos a 29 anos	71	11,8%
De 30 anos a 39 anos	127	21,1%
De 40 anos a 49 anos	142	23,6%
De 50 anos a 59 anos	111	18,5%
60 anos ou mais	96	16,0%
Não informado	7	1,2%
Não se aplica	8	1,3%
Total	601	100%

Fonte: Painel Instituto de Pesquisas, 2015

Na tentativa de suprimir o trabalho infantil nas UR, o Município de Joinville desde 2014 por meio oficial recomenda a proibição de menores de 18 anos trabalharem com reciclagem ou compartilharem espaço com a mesma, mediante aos riscos iminentes e inerentes a atividade de reciclagem, em cumprimento ao estabelecido no DECRETO PRESIDENCIAL Nº 6.481, de 12 de junho de 2008, na qual o trabalho de reciclagem consta na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP).

Outro comportamento da idade destes trabalhadores traz uma oportunidade para as governanças públicas trabalharem, é o fato que na UR se concentram 80% dos Jovens (com 29 anos ou menos) e o TI concentra 70% das pessoas com 40 anos ou mais. Isso se torna importante quando se fala em organização de trabalho e mudança de futuro, pois os jovens se mostram abertos a uma forma de TC e podem começar a mudança que este segmento necessita.

Figura 7: Faixa etária predominante por forma de organização do trabalho

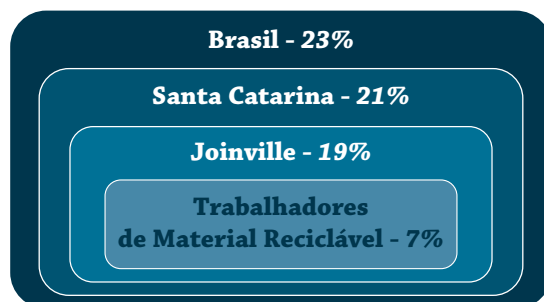


Fonte: Painel Instituto de Pesquisas, 2015

Em relação à escolaridade o percentual de “sem instrução”, que entende-se por “analfabeto” para a faixa etária de 15 anos e mais em Joinville é 1,8% (IBGE, 2010) e a pesquisa apresentou 6,8% dos catadores “analfabetos ou sem instrução”. E ainda ressalta-se a pouca escolaridade destes trabalhadores, 23,3% sem concluir o Ensino Fundamental 1¹ e mais 41,4% sem completar o Ensino Fundamental 2². Informação que se torna um desafio ao executivo municipal em como promover o incentivo ao retorno aos bancos escolares destes trabalhadores, sabendo que isto poderá trazer-lhes acesso a mais facilidades para lidar com este mercado de material reciclável que está cada dia mais competitivo.

Sobre deficiências declaradas, apenas 7% dos entrevistados se declararam com alguma deficiência, sendo que no Brasil esse percentual é de 23% (IBGE, 2010) que declaram ter alguma deficiência, seja ela leve, moderada ou grave.

Figura 8: Percentual de Pessoas que autodeclararam ter alguma deficiência



Fonte: Painel Instituto de Pesquisas, 2015. IBGE, 2010

¹ Ensino Fundamental 1 equivale ao antigo primário da 1º até 4ª série, ou o que atualmente chamamos de 1º ano a 5º ano.

² Ensino Fundamental 2 equivale ao antigo ginásio da 5ª série até 8ª série, ou o que atualmente chamamos de 6º ano a 9º ano.

As famílias dos entrevistados são formadas por cinco pessoas ou menos, em 80% dos casos; e, em 96% delas o sustento das famílias é obtido por duas ou mais pessoas; características positivas no núcleo familiar: famílias de tamanho normal e mais familiares participando da renda familiar. Um indicador preocupante é o de pessoas por dormitório – menos pessoas por dormitório, mais conforto no domicílio (IBGE, 2010), o que neste público não se apresentou como um indicador bom, 69,7% dos domicílios tem mais de duas pessoas por dormitório, mostrando um problema habitacional entre os TMR. Apesar de 61,4% afirmarem que moram em residência própria e a área de ocupação ser declarada por apenas 7,6% dos entrevistados, uma análise mais pontual nesta questão de habitação deve ser verificada: se os programas atuais de moradias populares são insuficientes ou, se o fazem, não comportam a estrutura familiar.

Figura 9: Fotos das famílias dos TMR



2.2 Renda e profissão

Quando observa-se, sem informações técnicas precisas, podemos pensar que a atividade com material reciclável é um complemento à renda familiar, porém não foi isso que o diagnóstico nos apontou; ao contrário, 78% dos entrevistados dedicam-se *única e exclusivamente* à atividade de coleta e/ou separação de materiais recicláveis. O que já é um indicador de uma atividade com possibilidade rentável. E a informação de que a minoria que se dedica simultaneamente a outra atividade, são na maioria aposentados (61%), fortalece o argumento de que o trabalho com material reciclável torna-se um trabalho atrativo. Numericamente, dos 118 entrevistados que possuem duas fontes de renda, 72 deles são aposentados. Isso nos leva a perceber que o trabalho com material reciclável é utilizado como complemento de renda para os aposentados, explicando essa forte presença dessa faixa etária de 60 anos ou mais, nesta classe de trabalhadores.

Cabe ainda reforçar sobre este tema, que entre o TI (29,3%) a porcentagem que possui outra fonte de renda é maior que nos trabalhadores de UR (7,7%). O que mostra que o TC faz com que a segunda fonte de renda não seja obrigatória.

Figura 10: Percentual de trabalhadores com duas fontes de renda

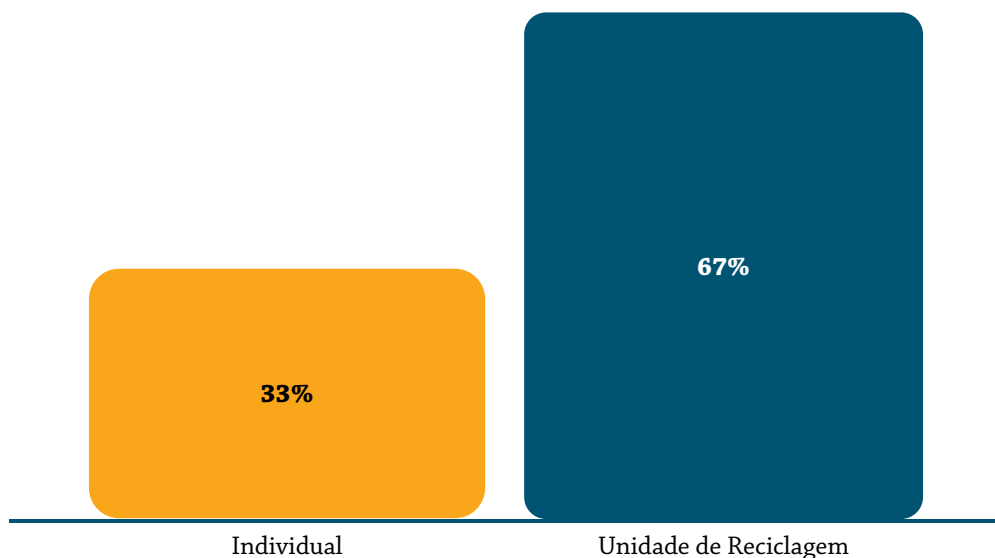


Fonte: Painel Instituto de Pesquisas, 2015

Dentro do tema renda, abordou-se a questão da contribuição com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Joinville recomenda aos grupos organizados coletivamente, acompanhados pelo Município e aptos a receberem a CSM, por meio de normativas oficiais, que os seus cooperados e

associados devem contribuir com a Previdência Social, a fim de garantir direitos trabalhistas e previdenciários à categoria. Fato este que confirmou-se na pesquisa. Enquanto no geral, dos 601 entrevistados, a maioria, 55%, não contribuía com o INSS, quando comparados os dois modelos de trabalho, na UR, dos 259 entrevistados, 67% são contribuintes, sendo que dos 335 que exercem o TI, apenas 33% o fazem.

Figura 11: Percentual de TMR que contribuem com o INSS



Fonte: Painel Instituto de Pesquisas, 2015

O Município com suas Políticas Públicas Sociais, objetiva criar oportunidades, profissionalizando os trabalhadores para sua inclusão na cadeia produtiva, reconhecendo a necessidade de atenuar situações que os expõem a maior vulnerabilidade social onde encontram-se inseridos nesse contexto, e não só pensando a nível de atualidade, porém dispendo de uma metodologia funcional com constantes possibilidades de melhoramento das condições de trabalho, no transcorrer dos anos vindouros, onde o *dogma* em 'se criando cultura, pensa-se em futuro e planejamento'.

Figura 12: Vulnerabilidade a que são expostos os TMR



O apoio e comprometimento do Município em contribuir com essa categoria de trabalhadores na mudança dessa realidade são essenciais, tendo em vista que este trabalho é existente *'contemporaneamente'*, onde temos várias pessoas e famílias inteiras dedicando-se a prática diária já há décadas sem nenhum suporte em técnicas operacionais, socioambientais e de saúde do trabalhador. Então, a inclusão destes trabalhadores em uma realidade mais profissional e empreendedora faz com que se melhore a qualidade do trabalho, da saúde e conseqüentemente, incremento de renda.

Figura 13: Residências transformadas em pontos de separação

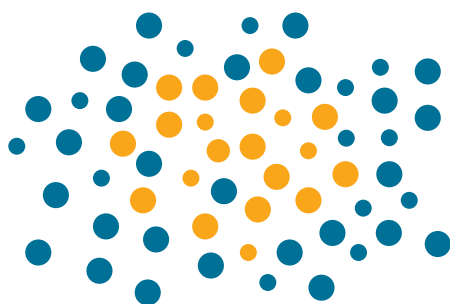


É notória a representatividade dos trabalhadores de UR, em 63% dos casos, com cinco anos dedicados a atividade; como contextualizado anteriormente, a primeira associação foi criada por volta de 2001, subsidiada pela PMJ, que a criou, após proibir a coleta de materiais recicláveis no ASM, com o objetivo de atender aqueles trabalhadores locais possibilitando melhores condições de trabalho e renda. O que atrai novos indivíduos para a atividade de reciclagem e sua cadeia produtiva.

Retratou-se também um percentual expressivo de trabalhadores com mais de 16 anos na atividade (15,2%), produzindo de forma individual, à margem das *Políticas Públicas*, sobrevivendo em situação de extrema vulnerabilidade, utilizando, muitas vezes, dos pátios de suas próprias residências, como locais de separação dos RSU, tornando-se um problema significativo a nível ambiental e de Saúde Pública.

2.3 *Envolvimento familiar*

O diagnóstico dos TMR aprofundou-se no tema investigando a questão do envolvimento familiar com o trabalho, e a cada entrevistado foi perguntado quantas pessoas da sua família (pessoas que moravam com ele em seu domicílio) se envolviam com a atividade de reciclagem, e o número alcançado foi de 1.192 pessoas envolvidas, ou seja, dos 601 entrevistados somaram-se mais 591 pessoas que se dedicam ao trabalho.



601
entrevistados

+ 591 familiares de entrevistados
envolvidos na atividade de Reciclagem

Total de **1.192** trabalhadores
envolvidos na atividade de Reciclagem

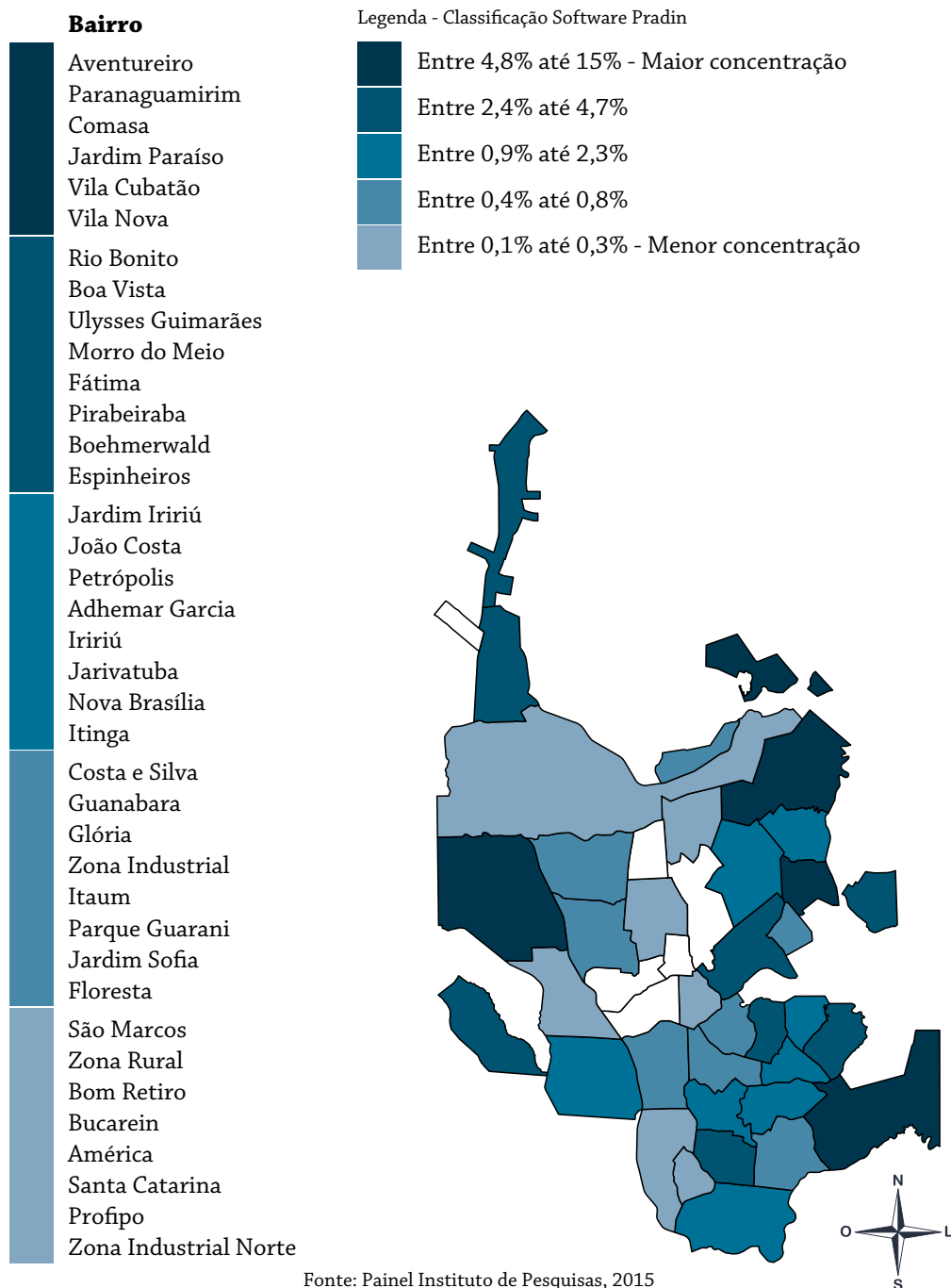
E, acrescentando nesta informação o olhar de propagação de uma tradição familiar, a pesquisa mostrou que no caso do TI, em média, 1,8 pessoas da sua família estão envolvidas no trabalho, já na UR essa média é de 1,6 pessoas por família, ou seja, as famílias do TI se envolvem 16% mais do que as famílias dos trabalhadores de UR, mostrando um aspecto importante: não se pode pensar apenas naquela pessoa solitária puxando um carrinho nas ruas da cidade, mas na propagação da atividade dele dentro da sua família. E neste momento, o esforço público deve ser maior para alcançar, com suas políticas de inclusão e profissionalização, como já comentada, este trabalhador e sua família, retirando-o dos riscos da rua, e incluindo o TC, o que proporciona incremento de renda e menor vulnerabilidade social.

Outro ponto de destaque, é que apesar do Bairro Paranaguamirim apresentar o maior número de pesquisados, o Bairro Aventureiro mostrou um maior envolvimento familiar, achado que sugere que no Aventureiro há maior tradição da atividade de reciclagem, culturalmente é mais forte que no Bairro Paranaguamirim, que por sua vez apresenta trabalhadores com menos tempo na atividade, sugerindo a reciclagem como uma alternativa de trabalho ao momento de crise. Sugere-se que no Bairro Paranaguamirim seja implementado projetos que desenvolvam a vocação local.

Figura 14: Envolvimento da família



Figura 15: Mapa do Bairro de residência de todas as pessoas envolvidas – Entrevistados mais familiares



2.4 Renda com o trabalho de reciclagem

A reciclagem é tida como uma atividade rentável, um mercado em ascensão, dos quais os TI, respondem por uma grande parte do processo, sem carteira assinada ou qualquer outro benefício, conseguindo apenas aproveitar a menor parte da economia que é movimentado neste mercado de trabalho.

Uma prova disso é realidade salarial dos trabalhadores investigada na pesquisa, a qual apontou que 52% dos individuais ganham até um salário mínimo; já os trabalhadores de UR, que apesar da informalidade, tem uma estrutura coletiva de trabalho, conseguem ganhar mensalmente de um a dois salários mínimos em 76% dos entrevistados, ou seja, é constatado que a organização do trabalho traz um maior lucro e renda.

O investimento para inclusão social destes trabalhadores, educando e apoiando a organização de cooperativas e associações, traz neste sentido renda maior, e principalmente um desempenho profissionalizado na cadeia produtiva de reciclagem, proporcionando-lhes melhores condições de trabalho, qualidade de vida e o reconhecimento público da profissão.

E quando se fala em cooperativas e associações, não pensemos apenas nos que fazem a triagem da CSM, mas na organização daqueles que são na maioria, o TI. E é neste grupo que mora o desafio da mudança cultural, das pessoas que trabalham de forma autônoma, sem horários formais ou rotas pré-estabelecidas. Acostumados à individualidade, a liberdade, deve ser apresentada à proposta do trabalho organizado, de forma a esclarecer as vantagens que a coletividade pode trazer em questão de saúde, social e de incremento de renda.

Ana Aparecida Pereira
Fátima Mottin

Figura 16: O trabalho no dia a dia...
Unidades de Reciclagem



...em cada forma de organização

Individuais





Processo

3. Características do processo produtivo de material reciclável

“Começamos doando o nosso trabalho para termos nossa própria Unidade de Reciclagem. No início separávamos em mesas, hoje, com os apoios, conseguimos esteira e prensa”.

Angelina Gura, falando sobre a evolução e as facilidades que o trabalho em grupo oportuniza aos cooperados no processo de reciclagem.

“As pessoas veem na reciclagem uma fonte de renda alternativa para contornar minimamente o momento difícil que estão passando, mas sem observar os transtornos que trazem aos que dependem unicamente desta atividade e dedicam-se integralmente ao trabalho na UR.”

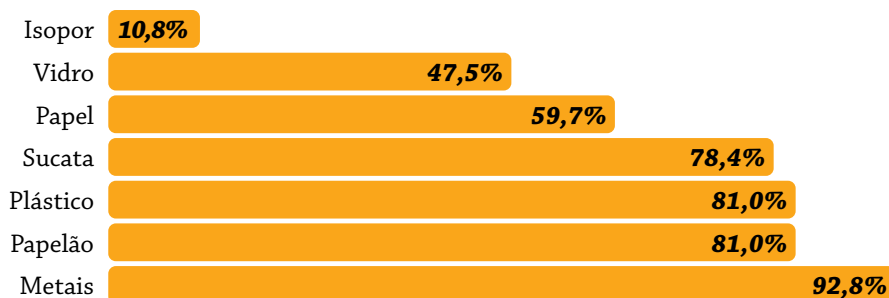
Anderson Ramalho da Silva, falando sobre a rotatividade.

O processo de início do trabalho com material reciclável exige esforço, por se tratar de uma atividade a margem da sociedade. Porém, pela informalidade e facilidade de entrada, atrai cada vez mais pessoas temporárias e com perspectivas de complemento de renda.

3.1 As características e organização da coleta

Os entrevistados envolvidos com a coleta de material reciclável somaram 305 entrevistados, ou seja, aproximadamente 50% de todos os trabalhadores fazem coleta. E são maioria nesta atividade os individuais (83%), tendo como principal material de coleta os metais.

Figura 17: Materiais coletados



Fonte: Painel Instituto de Pesquisas, 2015

Sobre a organização na etapa de coleta, percebeu-se que a maioria não tem rotina: apenas 32% coletam em empresas e condomínios, 40% têm locais certos para ir, 41% atende a chamados de residências ou pessoas; ou seja, se fizessemos uma média geral não teríamos nem 40% dos que coletam material se organizando coletivamente de alguma forma para aumentar sua produção e renda. O que mostra uma ineficácia na coleta e no TI, já que estes são maioria nesta etapa do processo. Fato este que não acontece com os poucos trabalhadores das UR que também se dedicam a coleta. Eles, que já tem uma experiência de TC, mostram um maior percentual, (53%) de organização de forma coleta para incremento de produção e renda.

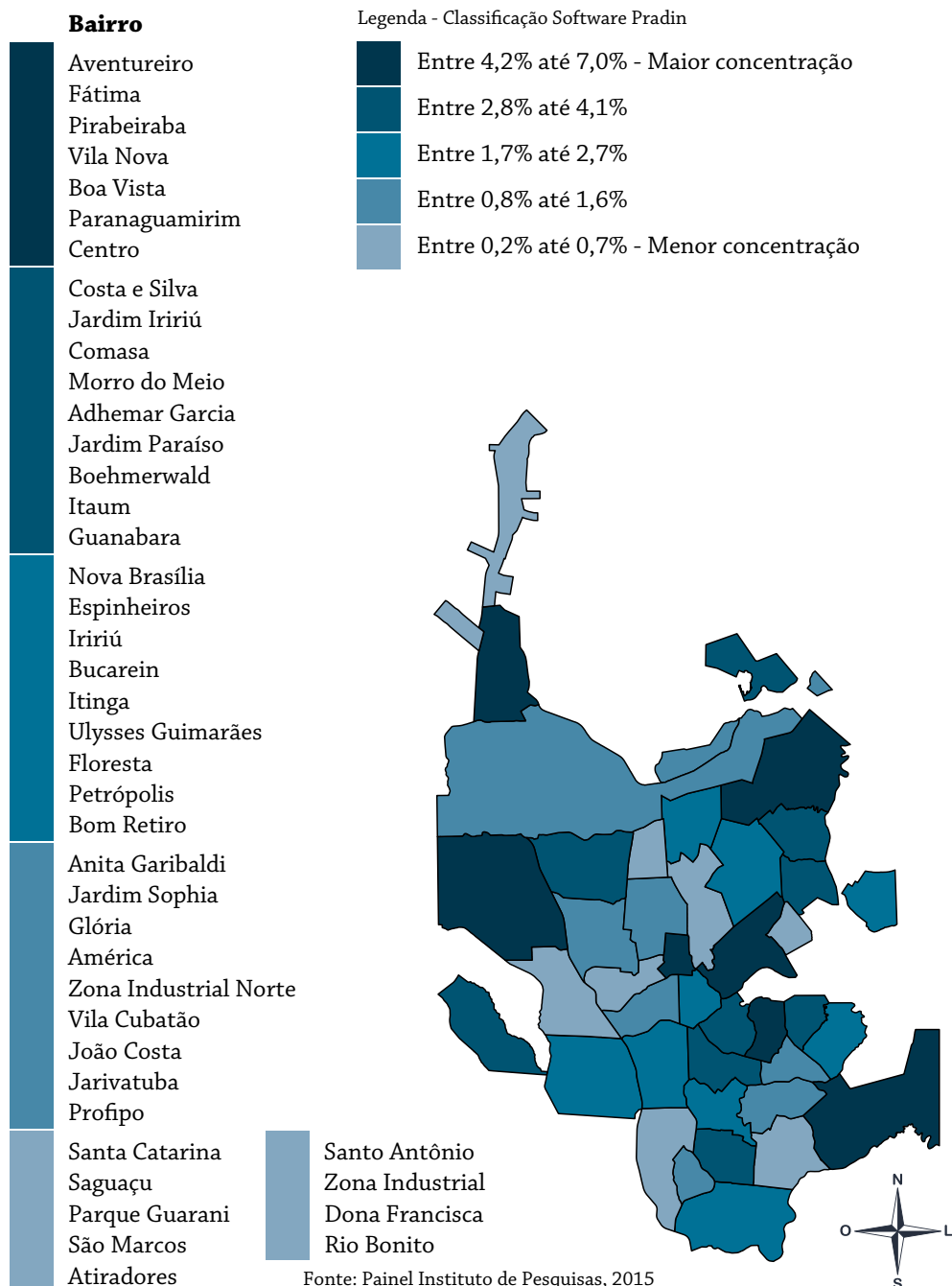
O meio de coleta é feito em 53% dos casos por meio de carrinhos puxados, ou tração humana; carro ou utilitários são usados por 20% dos trabalhadores. E apesar de proibido no Município, a tração animal é citada por seis trabalhadores (2%), disposto no Art. 38 da Lei Complementar nº 84, 12 de janeiro de 2000.

Figura 18: Forma de coleta



Foram diagnosticados também outras formas de coleta: A pé (5,6%), Carrinho de Supermercado (0,7%) e Moto adaptada (0,3%).

Figura 19: Mapa dos Bairros com maior concentração de coleta de materiais



3.2 *A triagem*

Na etapa, dos 601 entrevistados 85% deles fazem triagem, ou seja, 502 trabalhadores. Destes, 253 trabalham em UR, onde realizam a separação do material coletado e distribuído pela CSM e 249 trabalham individualmente, fazendo a separação em locais como: no pátio de suas residências (92,4%); em terrenos baldios (4,4%); ou ainda, no pátio da residência de outras pessoas (3,2%).

Figura 20: Terrenos e residências utilizados para armazenagem e separação



Esse, talvez seja o maior problema de todo o trabalho com material reciclável realizado individualmente. Como os registros fotográficos mostram, os TMR fazem de suas residências, verdadeiros *lixões*, o que os deixam em uma situação de vulnerabilidade extrema, não apenas socialmente, porque sofrem pressão da vizinhança, mas como pessoas, pois perdem a percepção de higiene, colocando-os em grupo de maior risco de saúde, expondo ainda seus familiares e circunvizinhança, descaracterizando o ambiente do lar em um ambiente de trabalho constante e inadequado.

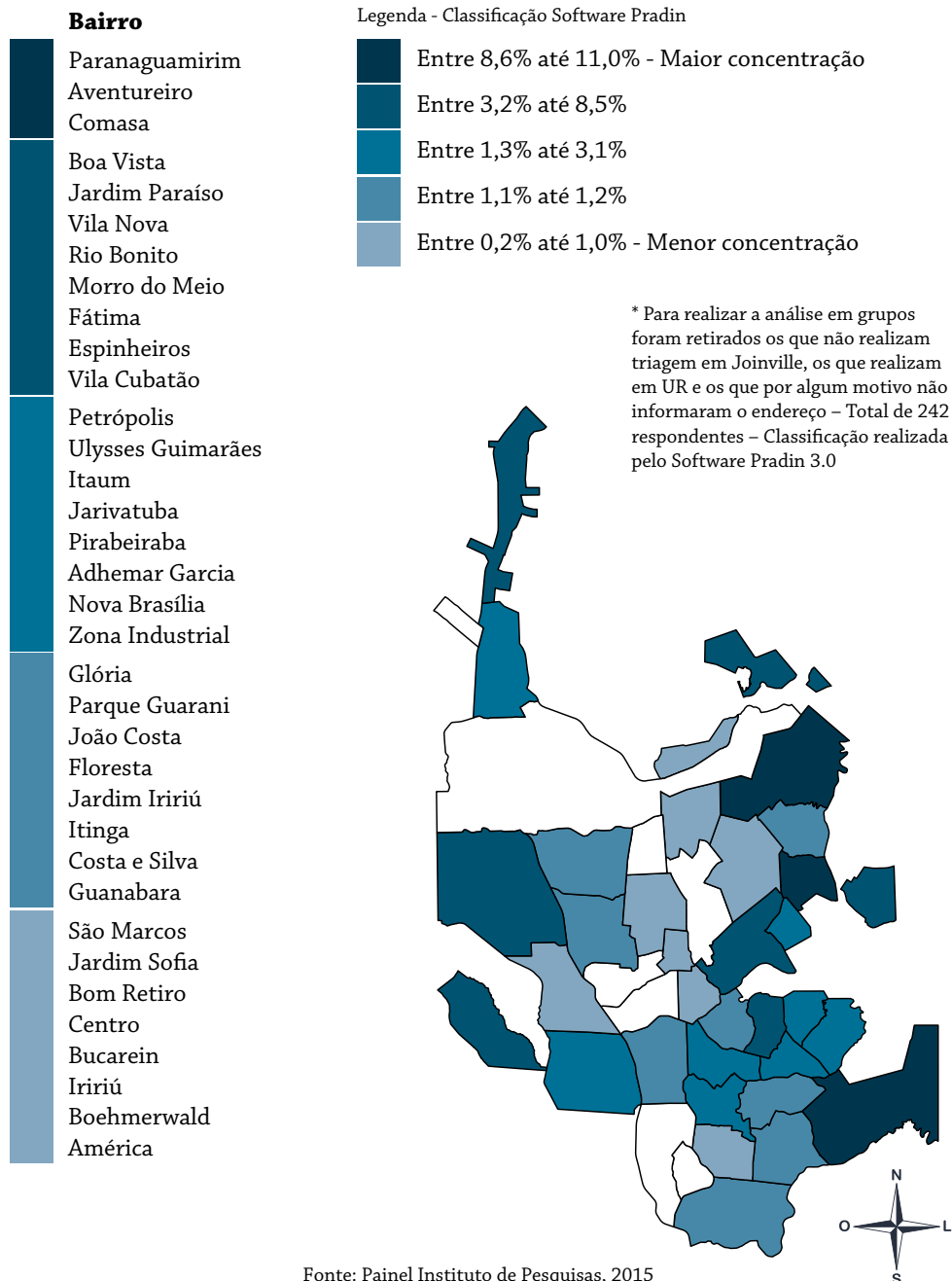
Apesar de transformar sua casa em um ambiente de reciclagem, o TI não se dedica como os demais trabalhadores na separação. Enquanto 87% dos trabalhadores de UR se dedicam entre 40 e 49 horas semanais na separação, os TI se dedicam até 9 horas semanais em 29% dos casos e de 10 a 20 horas semanais em 37% dos casos. Ou seja, por mais que “vivam” no trabalho, eles não se dedicam a atividade de maneira a torná-la um trabalho efetivo e constante, que o fará ter um ganho mais significativo, como mencionado anteriormente. A falta de constância e organização neste grupo de trabalho faz com que seus ganhos sejam menores e suas vulnerabilidades maiores, tornando-se um grupo prioritário para políticas públicas e de inclusão social.

A pesquisa mapeou onde os trabalhadores que não estão nas UR fazem a triagem. Essas informações são mostradas a nível macro no mapa. Os bairros Paranaguamirim, Aventureiro e Comasa concentram quase 30% dos locais inapropriados onde são feitas a triagem pelos TI.

3.3 A Proteção da Saúde

A principal dificuldade na definição das populações, expostas aos efeitos diretos ou indiretos do gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos municipais está no fato dos sistemas de informação e monitoramento sobre saúde e meio ambiente não contemplarem, em geral, o aspecto coletivo das populações, não dispondo de dados epidemiológicos suficientes e confiáveis (AN ET AL., 1999).

Figura 21: Mapa dos Bairros em que é feita a triagem



Fonte: Painel Instituto de Pesquisas, 2015

Devido à vulnerabilidade a que estão expostos, é notável na pesquisa que o TMR não relacione o que é um acidente de trabalho ou do que supostamente seria uma doença profissional; quer por desconhecimento de causa ou mesmo ausência de percepção, dos riscos inerentes da atividade profissional que desempenham, em decorrências dos ambientes insalubres que estão inseridos, ou seja, por compartilharem o espaço de moradia com o TR, ou ainda, fazer da residência uma extensão do mesmo.

A minoria relatou ter sofrido acidente de trabalho, apenas 10%, e os que referiram ter adquirido alguma doença relacionada à atividade laboral foram apenas 4%. Mas a realidade observada é outra; o relato dos servidores públicos que fazem o acompanhamento socioassistencial, sugere que estes acontecimentos sejam mais frequentes do que o referido; de acordo com a percepção destes trabalhadores é que um simples corte ou uma alergia de pele é tão comum que isto já faz parte do seu cotidiano, não sendo considerados fatos decorridos por causa dos riscos do trabalho ou da insalubridade do processo produtivo ao qual estão expostos.

Fator que despertou a atenção para essa situação de acidentes de trabalho, e das exposições às doenças ou agravos relacionados à atividade laboral devem-se muito pela falta do uso do EPI, seja, pelo seu uso inadequado ou insuficiente. Apenas 63% referiram usar algum tipo de EPI, e o equipamento mais utilizado é apenas a luva, que na maioria das vezes é inadequada para atividade que realizam e os riscos aos quais estão expostos.

Tabela 3: Uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPI

Resposta	Quantidade	% de Utilização
Luva	369	61,4%
Bota/Sapatão	294	48,9%
Avental/Jaleco	119	19,8%
Protetor auditivo	60	10,0%
Óculos de proteção	48	8,0%
Máscara	24	4,0%
Uniforme	9	1,5%

Fonte: Painel Instituto de Pesquisas, 2015

As Normas Regulamentadoras – NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, Portaria n.º 3.214, de 08/06/1978 – MTE.

Diante dessa problemática e no intuito de promover a cultura para a importância do uso adequado dos EPI's, desde 2013 a SAS em parceria com a Instituição de Ensino, *Colégio Cenecista José Elias Moreira - CENEC*, que dentro do projeto pedagógico do curso Técnico de Segurança do Trabalho, os alunos sob orientação do professor Fernando Bade e cooperação dos demais professores envolvidos, realizam um Trabalho Experimental – TEX, relacionados à saúde e segurança dos trabalhadores em seus ambientes de trabalho, de acordo com a atividade profissional desenvolvida. Projeto este que fez qualificar e aumentar a prática coletiva do uso de EPI's nas UR's envolvidas.

Figura 22: Capacitação importância do uso de EPI's - CENEC e SAS/2015



Outras ações também foram desenhadas e desenvolvidas em parceria com empresas, como o caso da implantação de uniformes, por meio da doação de uma empresa da região. O Executivo Municipal, SAS em parceria com a

Área de Gestão Inclusão Produtiva – AGIP e por meio da força de trabalho das instrutoras do Serviço de Incentivo às Organizações Produtivas - SIOP customizou uma logomarca própria criando a identidade visual da reciclagem em Joinville, escolhida pelos próprios TMR. Atualmente, as URS e URL implantaram em seus processos produtivos a utilização desses uniformes durante toda a sua jornada de trabalho. Ação que proporcionou maior conforto e qualidade de vida no ambiente de trabalho; um olhar mais empreendedor do processo produtivo e da organização dos trabalhadores perante a sociedade a que estão inseridos.

Figura 23: Distribuição de uniformes, aos associados da ASSECREJO – URL e URS, SAS/2015



Num esforço de promover a saúde dos TMR, o Executivo Municipal, SAS, por meio da parceria com a Secretaria Municipal da Saúde – SMS intensificou a vacinação desses trabalhadores, recomendando a atualização do esquema vacinal de adulto para o grupo, contribuindo assim ativamente e continuamente para prevenção de várias doenças como: Tétano, Leptospirose, Hepatite B, etc. É importante enfatizar que uma das primícias do Sistema Único

de Saúde – SUS é à promoção à Saúde Pública e Coletiva, em cumprimento a Lei Orgânica do SUS nº 8.080/1990. Na oportunidade também foi possível a dispensação da vacina da Gripe H1N1 para os mesmos, quando finalizada a vacinação nacional para os grupos prioritários e de maior risco, como determinado pelo Sistema de Saúde. Pretende-se que esta ação se efetive no Município de forma permanente.

Figura 24: Uso de EPI e Uniformes



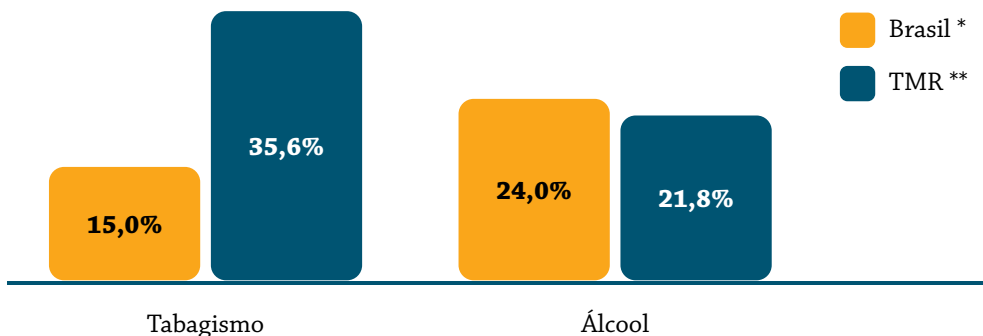
É importante abordar neste tema *Saúde*, o assunto sobre consumo de bebidas alcoólicas e tabagismo. Sabe-se que na Pesquisa Nacional da Saúde (IBGE/PNS, 2013) o consumo de bebidas alcoólicas no Brasil, na frequência de uma ou mais vezes na semana, na população com 18 anos ou mais, era em torno de 24,0%, e na pesquisa realizada com os TMR, esse indicador é 21,8%. O que desmistifica uma prevalência de consumo de bebidas alcoólicas neste grupo.

Porém o inverso é registrado no tabagismo, na qual a mesma pesquisa do IBGE apontou um uso diário ou ocasional de produtos derivados do tabaco

por 15,0% da população. Sendo que a pesquisa realizada em Joinville com os TMR encontrou um percentual de consumo de 35,6%.

Considerando que o tabagismo também é fator de risco e contribui para o desenvolvimento e agravamento de várias doenças, recomenda-se aqui um conjunto de ações de prevenção e atenção à saúde desses trabalhadores, cabendo à Atenção Básica e a Média Complexidade do Sistema Único de Saúde - SUS em parceria com a SAS e demais secretarias afins desenvolverem ações que visem à promoção, a prevenção e recuperação da saúde desse grupo estudado; com o intuito de minimizar os riscos à saúde desses trabalhadores e assim contribuir efetivamente para a melhoria da Saúde Pública Coletiva dos nossos municípios.

Figura 25: Álcool e tabagismo nos TMR



* Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde, 2013

** Fonte: Painel Instituto de Pesquisas, 2015

Ana Aparecida Pereira
José Joaquim Vasconcellos
Fátima Mottin

3.4 *Registro fotográfico do processo*

A seguir, as figuras ilustram parte do processo de trabalho com material reciclável, mostrando que na UR o material é trazido pela CSM e quando individual ele é coletado nas ruas.

Figura 26: Registro do processo da CSM



Figura 27: Registro do processo de chegada da CSM nas UR



Figura 28: Registro da finalização do processo nas UR



Figura 29: Processo de coleta dos Individuais





Organização

4. Organização do Trabalho

“O nosso desafio hoje, em muitas das vezes, é com os próprios companheiros nossos catadores de rua. Eles, antecipando a CSM, automaticamente sobra para nós da UR, o material que não tem muito valor agregado”.

“O trabalho em grupo é um desafio. Trabalhávamos em 15 pessoas e depois passamos a compartilhar espaço com 45. Foi difícil no início até nos adaptarmos, mas foi um processo vencido por todos os cooperados e atualmente pensamos em expandir ainda mais o grupo.”

“Nas assembleias, o bem comum prevalece democraticamente, pois existe um respeito mútuo entre os cooperados. Vemos melhorias, tanto na saúde quanto nas prevenções, como é o caso da garantia que a contribuição à Previdência Social nos oferece em caso de acidentes.”

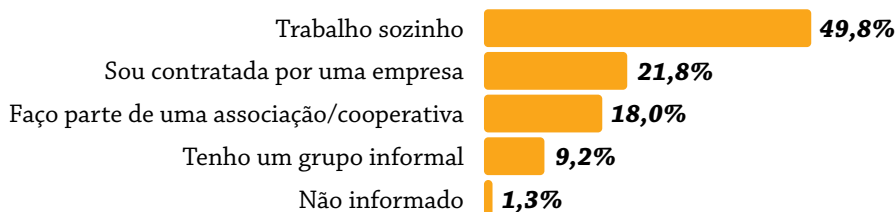
Anderson Ramalho da Silva, falando sobre
as características do TC.

Os fragmentos extraídos do depoimento mostram as dificuldades que permeiam o trabalho, mas também reforçam os ganhos percebidos e o horizonte que se abre. Pode-se citar *Albert Einstein* – “*A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original.*” Assim são esses TMR que se abriram a forma de trabalho coletivo e que agora pensam em muito mais.

4.1 A tradição do Trabalho Individual - TI

Como questão preponderante no diagnóstico, o TI prevalece nesta atividade, 49,8% dos entrevistados trabalham sozinhos e apenas 18,0% estão ligados a alguma cooperativa ou associação. Segundo estimativa do IPEA (2010), o percentual de trabalhadores ligados a uma cooperativa ou associação no Brasil girava em torno de 10%.

Figura 30: Organização do trabalho



Fonte: Painel Instituto de Pesquisas, 2015

Os motivos mencionados nesta pesquisa para o TI são vários, dentre os mais citados estão: I) Não vê vantagem de trabalhar com outras pessoas (34,8%); II) Por causa da flexibilidade de horário (22,4%); III) Não gosta de ser mandando e nem quer que interfiram em seu trabalho (15,1%); IV) Porque nunca teve oportunidade de trabalhar com mais pessoas neste tipo de trabalho (7,0%).

Apesar de aparecer fortemente à questão da individualidade, o que esses trabalhadores ainda não tomaram consciência é que fazem parte do elo mais frágil na cadeia produtiva de valor da reciclagem, comprometendo o incremento da geração de renda em sua atividade, sobretudo quando atuam individualmente. O fato de se responsabilizarem por todas as partes do processo (coleta, separação e comercialização), os torna mais vulneráveis aos atravessadores (IPEA, 2013).

Nesse sentido, a Secretaria de Assistência Social - SAS e a Guarda Municipal - GM vem promovendo reuniões com a parceria da Fundação Municipal 25 de Julho, Escola Municipal Professora Eladir Eskibinski, Fundação Albano Schmidt – FUNDAMAS, por meio do diálogo contínuo com os TMR, em especial os TI, no intuito de ouvir o grupo, seus anseios e demais problemáticas a cerca do Trabalho de Reciclagem, grupo esse que encontra-se em situação de

maior vulnerabilidade social e de saúde, porque trabalham de forma desarticulada com as Políticas Sociais e Econômicas do Município, Estado e União.

Essa prática vem se fortalecendo num esforço conjunto para que possamos encontrar o rumo e alternativas sustentáveis para a prática da Reciclagem em nosso território de forma organizada, formalizada e regularizada, possibilitando a organização do grupo TI; a fim de incluirmos a categoria na economia formal do Município de forma solidária e autossustentável por meio das cooperativas ou associações.

Figura 31: Reunião promovida pela Guarda Municipal e SAS com os TI – SAS 2015



4.2 O desconhecimento da forma do trabalho coletivo

Além das questões de autonomia no trabalho, que ofuscam a oportunidade de organização e crescimento na cadeia da reciclagem, o TI ainda sofre com a

‘desinformação’, enquanto 65% dos trabalhadores das UR conhecem a existência de *Cooperativas ou Associações* em Joinville, no grupo dos individuais entrevistados, apenas 38% conhecem. Percentuais esses que praticamente se repetem quando perguntado se eles sabem como funciona uma *Cooperativa ou Associação*.

Neste ponto encontra-se um grande desafio: a inclusão do TI na forma que envolve o processo de TC. A pesquisa mostra que 68% dos entrevistados afirmam que não gostariam de fazer parte das cooperativas e associações, e o motivo fundamental, referido é a autonomia no trabalho. Para Benvindo (2010), o trabalho em cooperativa ou em associação realizado, traz um reconhecimento de um trabalhador como outro qualquer; do compartilhamento do espaço e das atividades; e de forma indireta, influenciando no resultado financeiro.

A seguir alguns fragmentos dos relatos do TI durante a pesquisa, justificando a opção de trabalhar sozinho:

“Não gosto de ficar ‘preso’ num lugar”

“Porque não vejo vantagem de trabalhar com outras pessoas”

“Por causa do horário - faço o meu horário”

“Porque não gosto que outros interfiram no meu trabalho/porque não gosto de ser mandado/prefiro assim”

Os TI que demonstraram interesse no TC em cooperativas, desejam que o trabalho seja realizado nas proximidades das suas residências, por uma maior comodidade e acesso como apontados nos resultados da pesquisa. Na Figura 33, o mapa mostra as regiões onde haveria potencial para o trabalho em cooperativas.

Cabe ressaltar que o Executivo Municipal não tem medido esforços para permitir a atividade de reciclagem em várias áreas da cidade, uma das ferramentas utilizadas foi o envio do Projeto de Lei 001 de 2015, a CVJ que solicita a ampliação de zoneamento para Atividade de Reciclagem e empreendimentos que contemplarão a categoria de TMR identificados nesse diagnóstico.

Essa discussão tem tomado volume e força, bem como transitado por vários ambientes: executivo, legislativo, categoria de TMR, organizações governamentais e não governamentais e demais organizações sociais, na tentativa

premente da regularização da atividade e de áreas ambientalmente viáveis para realizar atividade de reciclagem em sua plenitude e direito.

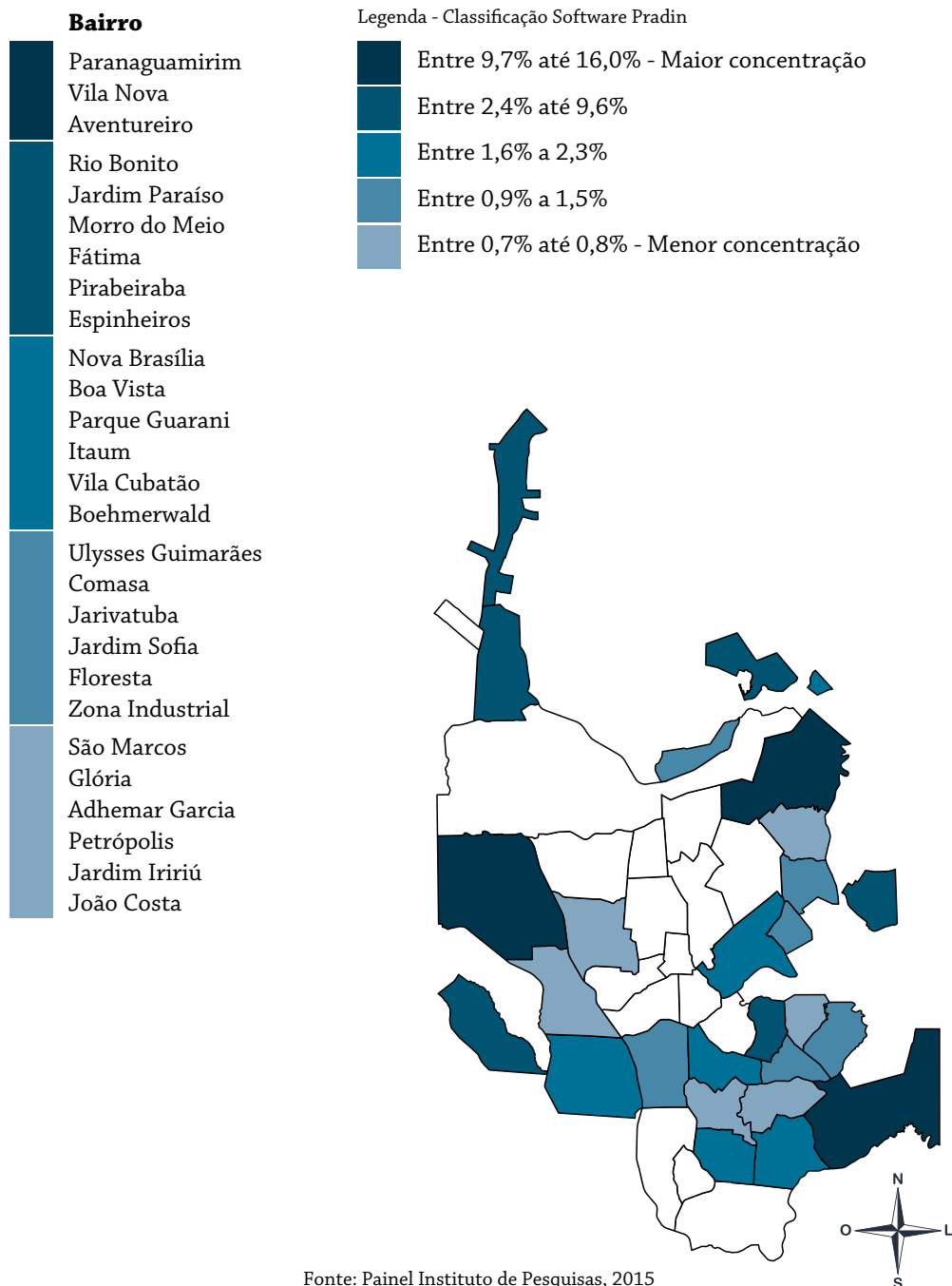
É importante esclarecer que em paralelo a Lei de Ordenamento Territorial – LOT também trata dessa problemática e por ser pungente e de abrangência a todas as atividades econômicas desenvolvidas na Cidade, essa questão vem sendo largamente discutida e compreendida dada a devida importância, ou seja, por meio do projeto de Lei aprovado ou a LOT, é notório e premente que tal atividade venha ser regularizada dentro do Município de Joinville.

Os registros fotográficos a seguir apresentam eventos, reuniões com os atores sociais envolvidos e imbuídos para a aprovação do projeto de Lei que regularizará a atividade de reciclagem em várias áreas de Joinville.

Figura 32: Audiência Pública e Reunião Comissão de Legislação e Justiça CVJ



Figura 33: Mapa de Moradia dos interessados em trabalhar de forma coletiva





Percepção do trabalho

5. *Percepção do trabalho*

“Dezesseis anos trabalhando com material reciclável e não vejo uma fonte de renda melhor. Até mesmo por que gosto do que faço. Não adianta fazer uma faculdade, estudar outra coisa, gosto disso. Não por que faço isso desde pequeno, mas sim por que me identifiquei”.

Anderson Ramalho Silva,
falando de sua motivação pessoal.

“Eu era vendedor de peixe e teve a extinção do peixe, não teve mais pesca. Nisso entrei no Barracão em 2003. Ou pouco, ou ruim, ou melhor, eu sempre estou aqui. Já cheguei a tirar R\$ 7,50 em uma quinzena para sobreviver. Mas aí veio melhorando, melhorando, e agora já estamos com seis caminhões por dia. É o meu único sustento e estou aqui por que gosto.”

Antenor Aparecido Rodrigues, falando como ele veio
para o trabalho com material reciclável.

Um aspecto importante retratado neste diagnóstico, refere-se ao fato de que a maioria dos TMR gostam do que fazem, seja pelo retorno financeiro no trabalho que realizam, ou pela importância socioambiental da atividade que desenvolvem.

5.1 *Motivação do trabalho com material reciclável*

Até agora foram levantadas características da atividade de reciclagem e do TMR, que nos provoca um questionamento: o que faz eles se dedicarem a atividade de reciclagem, mesmo sendo na sua maioria um trabalho informal e uma atividade que os expõem a maior condição de vulnerabilidade? Como relatado pela classe os quatro maiores motivos são: I) Como fonte de renda (29,1%); II) Porque não consigo emprego (22,0%); III) Acho importante o trabalho de reciclagem (motivação social) (21,8%); IV) Minha família já trabalhava nisso (13,5%).

Analisando as motivações para a permanência destas pessoas na atividade de reciclagem, muito se dá por esse público não estar inserido no mercado formal de trabalho; existe ainda a questão socioambiental que torna evidente a contribuição da classe para a preservação do meio ambiente; e, a imponente questão cultural da atividade que passa de pai para filho, como apresentada na pesquisa, na qual foi constatado que famílias inteiras, a gerações, estão envolvidas com a atividade de reciclagem.

5.2 *O comprometimento com o trabalho*

O fato de exercer uma profissão, ou até ter uma estabilidade ou autonomia no trabalho, não faz com que se anule a vontade de mudar de ramo. Segundo uma pesquisa da Pactive Consultoria (2013), 32% dos brasileiros já pensaram em mudar de carreira, e isso não é diferente na categoria. A pesquisa com o TMR apontou 25% sujeitos a deixar o trabalho justamente na procura de melhores condições; e as mais citadas foram: questões trabalhistas; carteira assinada, plano de saúde, previdência social; e, ganho financeiro também é apontado como justificativa. As referidas queixas seriam suprimidas diante da organização do trabalho coletivo, ou seja, em cooperativas ou associações, por meio da adesão desta classe de trabalhadores.

A pesquisa constatou que a organização do trabalho coletivo gera maior renda e estimula questões importantes como contribuição para a Previdência

Social; sem falar nas melhores condições de trabalho nas UR, estimulando o uso de EPI; e, sobretudo, tirando de forma estratégica o volume dos RSU dos pátios de seus lares, oportunizando qualidade de vida em suas moradias e circunvizinhança, promovendo à saúde pública coletiva.

Oportuno salientar, citando ALBUQUERQUE et al. (2013) que na maioria das vezes, os trabalhadores ingressam na cooperativa em busca de um emprego, sem entender que esta é uma forma de organização, que visa a relações econômicas mais justas e igualitárias e não meramente ao pagamento de salário.

Diante desse desafio imputado ao poder público e se antecipando a esse diagnóstico, a Gestão Pública Municipal instituiu em 2104 em acordo com os TMR, as Unidades de Reciclagem Sul e Leste. A URS foi constituída com a unificação dos três grupos organizados TMR da Região Sul, a estrutura é subsidiada pela PMJ, gira entre 45 a 50 cooperados.

A URL, conhecida como ASSECREJO, hoje unificada, tem sede própria, a mesma sofrerá ampliação e reforma para adequação do espaço, por meio do processo licitatório que se encontra em trâmite, o número de trabalhadores gira em torno de 30 a 40 associados.

Essa estrutura se aplicará também as Regiões Norte e Oeste da Cidade. Contemplando assim e dando cobertura não só á Coleta Seletiva Municipal de 100% como já acontece hoje nos quatro cantos da cidade, mas também oportunizando aos demais trabalhadores identificados nesse diagnóstico, condição de organização de grupos que desejam formalizar e empreender com acompanhamento e subsídio da Prefeitura Municipal de Joinville, nos quatro pontos cardeais da Cidade.

Ana Aparecida Pereira
Fátima Mottin

**Figura 34: Registros fotográficos da URS,
sede da Unidade de Reciclagem Sul – SAS/2014/2015**



**Figura 35: Registros fotográficos da URL,
sede da ASSECREJO – SAS/2014/2015**





Sociedade

6. Sociedade

“A separação é bem complicada, eu diria que não é o lixo, por que hoje nós estamos tentando mudar o quadro. Por que o ‘lixo, lixo’ vai para o Aterro Sanitário (lixo do banheiro, resto de comida, animal morto, fralda descartável, etc. – isso é o rejeito), e o que seria o certo de vir para os galpões seria o material sólido, aquele do qual nós podemos trabalhar, ter mais agilidade com o trabalho, e ter assim como produzir um pouco mais e gerar uma maior renda.”

Iraíde Ribeiro de Paula da Costa,
relato extraído do documentário
“Um retrato da reciclagem em Joinville, 2013”.

“Algumas pessoas acham que a Unidade de Reciclagem é um lixão: ‘manda para lá, que lá eles dão um jeito’. A população não vê a gente trabalhando e reciclando para tirar o material da rua, mas sim como lixo. Aqui é uma coleta de resíduo sólido para poder fazer a reciclagem e melhorar o meio ambiente. Errado são eles que trocam o material reciclável pelo lixo orgânico, por que têm as duas coletas, tanto para o lixo orgânico como para o material reciclável.”

Daiane Moraes Brisdo,
relato extraído do documentário
“Um retrato da reciclagem em Joinville, 2013”.

“Estamos passando necessidade de material reciclável. O pessoal está saindo do Galpão, está coletando na rua, e não é só aqui, é uma reclamação de todos os Galpões. Essa crise, esse negócio de coletar na rua, dos caminhões roubando a Coleta Seletiva Municipal, está bem difícil para nós. Nós necessitamos disso. Tiramos daqui o nosso sustento. Criamos nossos filhos com este trabalho.”

Janaina Aparecida Castelhana,
falando sobre a necessidade do material
reciclável para sustentar a família.

6.1 *A responsabilidade da Sociedade*

*“Gente não nasce pronta e vai se gastando;
gente nasce não pronta e vai se fazendo”.*

Mário Sergio Cortella

Mário Sergio Cortella, Filósofo, escreveu essa frase em sua obra ‘Não nascemos prontos’ quando se refere ao desafio humano de não se entregar ao repouso e buscar sempre o aperfeiçoamento.

Falaríamos então da necessidade premente de *campanhas permanentes* indicadas nesse processo de pesquisa; e, um apelo socioambiental na conscientização da sociedade, também responsável pela produção, separação e destinação final adequada dos Resíduos Sólidos Recicláveis – RSR; num esforço iminente de cumprir a responsabilidade cabível da coletividade no que tange a preservação do Meio Ambiente, atribuído pela Constituição Federativa do Brasil de 1988.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Embora de certa forma o processo de reciclagem aconteça na Cidade de Joinville é perceptível que os moradores apresentem resistências e preconceitos quanto a realização dessa atividade em suas imediações. Ressaltamos que, a necessidade da contínua e permanente educação socioambiental da população local, onde tais eventos acontecem, e de que este novo modelo de atividade, agora já institucionalizado como trabalho formal e gerador de renda, seja respeitado como outro tipo de trabalho qualquer. Cabendo a coletividade inserir-se ao processo de preservação ambiental, fato expresso na redação da Lei nº 9.795/1999, Art. 1º, entende-se por Educação Ambiental:

...os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Contudo, faz-se necessário que o *Poder Público* em todas as suas instâncias, amplie e volte *seu olhar* para essa nova organização e atividade laboral, que fará parte integrante e importante da economia dos Municípios, Estados e União, não apenas falando-se em geração de renda formal, mas também dispondo à sociedade um novo conceito, futurista, livre e igualitário. Ainda citando a Lei nº 9.795/1999, em seu Art. 2º:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal...

Para que isso se torne uma realidade irrefutável, há de se incluir áreas de zoneamento adequadas do ponto de vista ambiental e logístico para que se realize a atividade de reciclagem de forma regular em nosso território, regularizando esse trabalho formal por meio de *Leis Municipais*, fundamentando-se então *Políticas Públicas*, como um novo processo produtivo, participativo e interativo do nosso mercado fabril.

Experiências e práticas sustentáveis, individuais, familiar e comunitária vividas por cidadãos comuns, que vem contribuindo decisivamente para recuperação e preservação do meio ambiente que reflete diretamente para a melhora do processo da reciclagem em Joinville.

Agora *Caro Leitor*: criança, jovem, adulto ou idoso, você saboreará o depoimento de uma dona de casa, moradora do bairro Floresta que é exemplo na separação, higienização e qualificação na hora de separar seus resíduos sólidos recicláveis em sua residência antes de enviar á Coleta Seletiva Municipal.

...comecei a juntar reciclável quando minha irmã recolhia, porque não vejo problema algum em separar embalagens e produtos que servem para isso. Inclusive ensinei minha cunhada a reciclar, ela me viu fazendo e adotou a prática na sua casa e com toda sua família. Com o tempo tornou-se hábito e automático. Toda minha família aprendeu a reciclar e ainda lavamos tudo antes de mandar para frente. Por quê? Porque são seres humanos que vão receber e fazer o serviço. Nunca fui a um Galpão de Reciclagem e não sei como funciona o trabalho deles! Então como vou mandar tudo sujo sendo que junta barata, rato, etc.? Isso é sustento de muitos, não me custa mandar tudo limpinho, por mais que lá eles limpem novamente. Da uma sensação de dever cumprido, do bem ao próximo! Que bom se toda cidade aprendesse a reciclar! Não me conformo que ainda tenha gente que manda animal morto, fralda descartável, absorvente, etc., lamentável...

Jurema Paiva

Apresentaremos agora outra experiência exitosa, que vem de um esforço coletivo, caracterizado pela Lei de Educação Ambiental, como *Educação Informal*. O Projeto: Comunidade Amiga do Meio Ambiente, elaborado e executado pelos membros e familiares da Associação de Moradores São Francisco de Assis – AMOSFA, do bairro Floresta, é fruto da participação da entidade de edital público promovido pela SEMA/PMJ no ano de 2012. A AMOSFA na tentativa de ampliar as práticas de reciclagem e sustentabilidade na sua área de abrangência desenvolveu o projeto em vários formatos de educação, a fim de alcançar a maioria dos moradores da comunidade, tal projeto e ações envolveram as crianças, jovens, adultos e idosos, e as ações desenvolvidas estão descritas a seguir:

- a) Implantação de lixeiras recicláveis comunitárias, instaladas em pontos comerciais estratégicos e nos pátios das igrejas da localidade;
- b) Capacitação promovida aos membros e familiares da AMOSFA recebida pelos órgãos ambientais competentes envolvidos, na oportunidade (SEMA, Águas de Joinville, UNIVILLE, FRADA Joinville), num esforço de o grupo ser capacitados para multiplicar conhecimento recebido à sociedade em geral;

c) Pessoas comuns e conhecidas da comunidade e membros da AMOSFA capacitados foram multiplicadores, ministrando palestras em escolas, igrejas e até em residências, que atingiram mais de 300 pessoas;

d) Confeção de 3.000 mil sacolas ecológicas de tecido lavável, com a parceria de uma Empresa Local, a Tribal Point/Lira Brasil;

e) Elaboração de calendário de mesa, com a parceria uma Empresa Local, Novas Ideiaz Soluções Gráficas. O material foi produzido a partir de papel reciclável, com o intuito de intensificar o dia da CSM na região, datas comemorativas ao meio ambiente e ainda como e o que deve ser reciclado nas residências, comércios, empresas e demais entidades.

As sacolas com o Calendário Ambiental e demais materiais educativos fornecidos pela SEMA/PMJ, foram entregues de casa em casa pelos membros e familiares da AMOSFA. Foram visitadas cerca de 2.000 mil residências, alcançando cerca de 5.000 pessoas, e na maioria da comunidade visitava houve muito interesse.

O Projeto comunitário executado no período de um ano pelos moradores locais imbuídos ao bem comum da comunidade surpreendeu no iminente resultado, houve um aumento significativo no volume de material reciclável separado pelos moradores e recolhidos pela Coleta Seletiva Municipal – CSM. O bairro aumentou o volume de 10% para cerca de 20% nesse período e até os dias de hoje. É notória também a organização e a limpeza nas ruas e terrenos baldios do bairro Floresta, e ainda hoje vemos vários moradores usando suas sacolas no seu dia a dia cotidiano, indo ao mercadinho, padaria, farmácia, igreja etc.

Tal resultado refletiu diretamente na organização dos TMR das UR que recebem a CSM. Segundo relato de alguns TMR, o bairro Floresta e os bairros circunvizinhos são sem dúvida os bairros que melhor compreendem o processo de reciclagem, o material vem mais qualificado e limpo. Os TMR identificam a chegada desses materiais pelas sacolas dos mercadinhos que só existem em tal região e a forma de armazenamento e higiene dos materiais reforçam a alegria geral dos TMR.

Contudo nossa região sofre com o ‘roubo do material reciclável’ que colocamos na frente de nossas residências, assim como a maioria dos bairros de Joinville. Caminhões e carros particulares coletam antes da CSM, retiram o que é mais valioso e deixam nas calçadas e ruas do bairro só a sujeira. A comunidade pede fiscalização e acompanhamento por parte dos órgãos competentes a essa ação ilícita. Os esforços aqui emanados pela comunidade merecem respeito e incentivo; quiça sirva de inspiração a outras associações de moradores e comunidades da região. Tal responsabilidade está explícita na Constituição Federativa do Brasil de 1988, que cabe a Coletividade e ao Poder Público o dever de preservar e manter o equilíbrio do meio ambiente.

Essa pequena atitude, mas importante ação é desejada por todos nós que alcance também a parte social, por meio do aumento e da qualificação dos resíduos sólidos urbanos separados e coletados pela CSM, que beneficia às cooperativas e associações de TMR na Cidade de Joinville.

Um recado..., nós pagamos pela limpeza urbana domiciliar anualmente e como tal desejamos que os serviços prestados sejam contínuos e mais qualificados para o bem comum de toda sociedade joinvilense.

Figura 36: Execução do Projeto Ambiental AMOSFA/Floresta, 2013



Acreditamos de verdade que estes relatos venham inspirar muitos de vocês leitores a práticas sustentáveis, com mudanças de atitudes e hábitos que vem de casa, perpassa pela vida escolar, pelo trabalho e emprego e vida social. E que esses novos comportamentos contribuam efetivamente com o ciclo adequado da reciclagem em nossa Cidade, tendo em vista a manutenção de toda forma de Vida.

“Comunidade organizada é mais forte e feliz”

Ana Aparecida Pereira

Fátima Mottin

José Joaquim Vasconcellos





Olhar da Gestão

7. Olhar da Gestão Pública Municipal

“A administração pública pode assumir duas vertentes: a primeira repousa na ideia de servir e executar; a segunda envolve a ideia de direção ou gestão. Nas duas visões há a presença da relação de subordinação e hierarquia. Administrar para muitos significa não só prestar serviços, ou seja, executá-los, como também, governar e exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil à coletividade.”

Meireles e Cardoso (1999).

7.1 *Presente e Futuro das Políticas Públicas*

O desenvolvimento da cadeia produtiva de reciclagem é uma necessidade crescente e com grande potencial na cidade de Joinville e no Mundo. E as práticas e manejos decorrentes da conscientização ambiental de toda população vem aumentando em todos os níveis de complexidade, um exemplo disto é o menor consumo e a escolha por produtos reciclados e ecologicamente corretos como preferência de diversos consumidores em suas compras e práticas diárias.

Neste sentido e para melhor basear as ações de incentivo a este setor produtivo realizamos o diagnóstico da atual realidade no maior Município de Santa Catarina. O diagnóstico aqui apresentado trouxe o retrato da realidade da categoria de TRM que possibilitará, por meio de dados reais, definir as *Políticas Públicas* de ação para os próximos anos.

Na cidade a atividade de reciclagem também é realizada de modo informal, tanto coletivamente como individualmente, limitando a possibilidade de crescimento devido à insegurança na realização de suas atividades.

Visando incentivar a atividade, foi instituída a CSM em 2003, que tem por objetivo coletar os RSU e destinar a grupos organizados coletivamente; deste modo, garantir maior segurança e dignidade na execução dos trabalhos podendo minimizar os riscos inerentes da exposição ao trânsito durante a coleta individualizada nas ruas da cidade.

A inserção de ações que visem promover a segurança, estabelecer continuidade e ampliar a credibilidade é necessária para a evolução da cadeia produtiva e, por consequência, promover o incremento de renda, minimizando esta população do estado de vulnerabilidade social que é intrínseco à atividade, se realizada de modo informal. A superação do estado de vulnerabilidade passa pelo crescimento contínuo e sustentável das condições de geração de renda, sobretudo no caso do TMR, e este crescimento precisa gerar confiança, estar repleto de transparência, e ser de fácil percepção e entendimento.

Notam-se diferenças substanciais entre os modelos de atividade traçados no diagnóstico e podemos constatar que enquanto o TI é marcado por

remuneração menor e maior concentração de pessoas que não possuem a reciclagem como fonte de renda principal; e, a atividade organizada coletivamente é composta por pessoas que tem a reciclagem como única e principal fonte de renda, reproduzindo maior remuneração pessoal e familiar. Diante destes resultados, entende-se incentivar a atividade na Cidade coletivamente.

A Gestão Pública Municipal prioriza os grupos organizados de TMR, e incentiva distribuição setorializada segmentando a cidade por concentração de produção de resíduos. Para atender a produção e possibilitar referenciais claros de destinação do processo logístico, o executivo municipal planeja a instalação de UR em pontos cardeais do Município, com implantação de unidades nas Regiões Leste, Oeste, Norte e Sul. Dessas, duas já estão em plena atividade, URL e URS.

A Unidade de Reciclagem Sul – URS foi criada com a junção de três grupos organizados de reciclagem da Zona Sul, que operavam em condições precárias, porém, com amplo anseio por melhorar seu processo produtivo. Foi instituído um modelo de incubação no qual o grupo, que gira em torno de 45 a 50 cooperados, recebe incentivos para atividade durante o período de três anos e posteriormente atuará de modo autônomo e sustentável. Durante este período o grupo é acompanhado pela SAS, que visa o desenvolvimento do empreendimento; pela SEINFRA, que possibilita o recebimento de material reciclável sem ônus; e pela SEMA, que visa promover a Educação Socioambiental contínua e aperfeiçoar o processo produtivo. Todo o processo de incentivo visa o desenvolvimento perene do empreendimento e para isso baseia-se em princípios de cooperação e associação, também denominados como Economia Solidária – ES.

Este diagnóstico denota grande desconhecimento sobre a alternativa de geração de renda por meio do cooperativismo, e revela a necessidade de maior divulgação e difusão de informações sobre essa modalidade; e, aponta também que parte dos trabalhadores estaria disposta a atuar em empresas. Estas duas vertentes que visam afastar a atividade da precariedade e dar melhores condições de vida aos seus partícipes, possuem características práticas bem distintas; e, caberá ao Município o incentivo sem supressão de ambas para que possamos atender as necessidades desta população e dar correta destinação ao RSU produzido.

Neste sentido o Poder Público Municipal vem desenvolvendo simultâneo ao Diagnóstico, alternativas para o incentivo da separação e comercialização desses resíduos, de modo a dar melhores condições a este setor que obtém dinheiro do que antes era tido como lixo; ampliando assim, a vida útil do Aterro Sanitário Municipal, por meio da CSM. Os próximos passos serão de avanço na cadeia produtiva que terá além da coleta e separação, também investimentos para o beneficiamento e a transformação do RSU em matéria prima, para reintegrar os produtos que utilizamos diariamente, bem como a ampliação da Coleta Seletiva Municipal.

Diante deste cenário, Joinville encontra-se num processo contínuo de modernização, na tentativa de tratar essa problemática socioambiental que também é mundial; num esforço público e coletivo para a superação dos impactos ambientais e sociais que emergem do atual momento econômico e político do país. Oportunizando o desenvolvimento de todo o ciclo produtivo da reciclagem e atraindo para este nicho de mercado uma nova geração de profissionais e tecnologias.

E num esforço maior e conjunto a Administração Pública Municipal em 2013, instituiu o Decreto Municipal nº 20.849 de 25 de junho de 2013, que dispõe sobre a gestão compartilhada dos grupos organizados, cooperativas/associações de trabalhadores de material reciclável aptos a receberem CSM. Decreto que atribui aos órgãos da administração pública direta e indireta – SAS, SEINFRA e SEMA, nominada como Gestão Pública Compartilhada, a concessionária de Limpeza Urbana e aos grupos organizados TMR, atribuições específicas para o enfrentamento, fortalecimento da cadeia produtiva da reciclagem em nosso território, ampliação da CSM e demais ações que provoquem e incentivem o correto gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos de sua responsabilidade.

Outro ponto forte do executivo Municipal foi à instituição da Lei Complementar nº 395, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a política municipal de resíduos sólidos de Joinville, ambas as ferramentas de gestão aqui apresentadas, vem contribuindo efetivamente para o fortalecimento do processo contínuo para sustentabilidade socioambiental na Cidade, sempre em consonância com a Lei Federal nº 12.305/10, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, uma adaptação e combinação de ações que

visam à recuperação e preservação ambiental e o chamamento público para a inclusão dos trabalhadores de material reciclável – catadores nas Políticas Públicas e de Gestão nas três esferas de governo.

Para que esse tema fosse amplamente discutido e transitasse de forma volumosa pela Gestão Municipal foi criado em junho de 2013, um Grupo de Trabalho, conhecido como: GT – Resíduo Sólido/Catadores, este grupo se reúne periodicamente, no intuito da ampliação de diálogos que promovam e incentivem o avanço de conhecimentos e práticas que incorpore alternativas e ações coletivas voltadas ao tema em questão. Ou seja, a construção de um processo sistemático que vislumbre e instrumentalize a Gestão Pública Municipal para composição e aplicação de Políticas Públicas viáveis e aplicáveis para ultrapassar o desafio ora imposto pelas Leis ambientais concernentes.

Esse grupo é composto por representantes da Procuradoria-geral do Município – PGM, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville – IPPUJ, Secretaria de Assistência Social – SAS, Secretaria do Meio Ambiente – SEMA e Secretaria de Infraestrutura Urbana – SEINFRA, Concessionária de Limpeza Urbana e TMR das UR. A partir desse diagnóstico se confirma uma realidade que já era observada nos atendimentos efetuados a esse público ao longo dos anos por meio da Política Municipal de Assistência Social, o elevado número de trabalhadores de materiais recicláveis individuais.

A situação atual evidencia que o trabalhador individual apresenta maiores dificuldades de retorno financeiro, segurança no trabalho e respeito em detrimento ao trabalhador coletivo. Entretanto, os trabalhadores coletivos, vinculados às unidades de reciclagem ainda possuem uma grande fragilidade na percepção enquanto grupo de trabalho, na articulação política da categoria, na formalização e gestão dos empreendimentos, além da insegurança ambiental devido à necessidade premente de aprovação da Lei de Ordenamento Territorial – LOT. Todos esses fatores repercutem diretamente na incerteza da remuneração financeira e no desenvolvimento dos grupos.

Diante dessa problemática, o Serviço de Incentivo às Organizações Produtivas – SIOP, que integra a Gerência da Unidade de Gestão e Fomento à Geração de Renda – GUGR da SAS, está se reordenando buscando implementar um processo de incubação de empreendimentos, de forma organizada e

sistemática, e fomentar o desenvolvimento da Política Municipal de Economia Solidária. A reciclagem é um dos segmentos envolvidos nesse processo, que se dará por meio de apoio técnico e parcerias, no intuito de empoderar os empreendimentos, fazendo cada participante entender seu papel enquanto protagonistas de sua história e dessa forma, fortalecer seu empreendimento.

O objetivo principal da incubação desses empreendimentos é fomentar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de organizações produtivas, formalizadas, autogestionárias, com capacidade de gestão, viabilizando crescimento do setor, acesso à indústria, com desenvolvimento de novos processos produtivos; e, visando o incremento na comercialização e na renda, processo que contribuirá efetivamente para autonomia financeira e emancipação dessa população de trabalhadores.

Figura 37: Encontros de planejamento de gestão - SAS/2013 a 2015



“É preciso ser menos burocrático e fazer com que as coisas andem com tanta agilidade como se produz resíduos no município. Precisamos regularizar nossa forma de trabalho, isso agregará maior valor ao nosso produto”.

“Se falarmos em sonho hoje, o nosso é igual ao de qualquer pessoa: ter uma renda maior! Não para ter carro importado, duas ou três casas... é para ter uma renda que não gere dificuldade, com a qual eu possa cuidar da minha casa e da minha família sem passar necessidades, como qualquer pessoa em qualquer emprego.”

Anderson Ramalho da Silva,
falando sobre as necessidades que
dependem da *Administração Pública* para regularizar
o trabalho nas UR e seu objetivo pessoal no trabalho.

“A gente está esperando a ampliação do Galpão. Condições mais dignas de trabalho. Hoje tem Sol então está todo mundo trabalhando sossegado, mas quando tem aquelas semanas de chuva o pessoal trabalhando no tempo, o dia todo. Até quando tem Sol não é fácil ficar ao tempo.”

Janaina Aparecida Castelhana,
pede melhorias nas condições de trabalho.

Ana Aparecida Pereira
Fábio Luis de Oliveira
Lisielen Miranda Goulart
Marcus Rodrigues Faust



Registro fotográfico

8. Registro fotográfico da pesquisa

“Minhas fotografias são um vetor entre o que acontece no mundo e as pessoas que não têm como presenciar o que acontece. Espero que a pessoa que entrar numa exposição minha não saia a mesma.”

Sebastião Salgado, Fotógrafo.

Os textos desta obra poderiam ser substituídos pelas imagens registradas durante todo o processo de pesquisa. Analisar pelas fotos como vivem e trabalham as pessoas envolvidas com o material reciclável é muito mais introspectivo, pois mostra o meio do processo da reciclagem, que reflete a dedicação e força de vontade destes trabalhadores, que mais que tirar o sustento da família, servem a sociedade e o meio ambiente de forma tão responsável e dedicada.

Usando o sentido da frase de Sebastião Salgado, pode-se fazer uma analogia: *que o leitor dessa obra, não faça como sempre fez o manejo do seu resíduo sólido depois de folear este LIVRO DIAGNÓSTICO – Um Retrato dos Trabalhadores de Material Reciclável de Joinville.*

“A todos nós cabe o direito da mudança para a súbita preservação de toda forma de vida”.

Ana Aparecida Periera
Fatima Mottin

Figura 38: Registros fotográficos da Pesquisa



















9. Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Fernando P. Cursos de Formação. In: PINHEL, Julio R. (Org). Do lixo à cidadania. Guia para a Formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013.

AN, H.; ENGLEHARDT, J.; FLEMING, L. & BEAN, J., 1999. Occupational health and safety amongst municipal solid waste workers in Florida. *Waste Management & Research*, 17:369-377. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000101&pid=S0102-311X200100030002300002&lng=en. Acesso: 21 de janeiro 2012.

ANAIPES. Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística. Disponível em: <http://www.anipes.org.br/download/manual_pradin_v2.pdf>. Acesso: 11 de mai. 2015.

BENVINDO, Aldo Z. A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRASIL, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. 8. Edição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso: 10 de maio 2012.

_____, 1999. Lei Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110259/lei-da-educacao-ambiental-lei-9795-99>>. Acesso: 25 de agosto 2015.

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem. Disponível em: <<http://cempre.org.br/cempre-informa/id/46/coleta-seletiva-completa-30-anos-no-pais>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

CORTELLA, Mario Sergio. Não nascemos prontos!. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DECRETO. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acesso em: 26 de agosto de 2015.

_____. Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Programa PRÓ-CATADOR. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm>. Acesso em: 24 de agosto de 2015.

_____. Decreto nº 20.849, junho de 2013, dispõe sobre as atribuições da gestão pública compartilhada dos grupos organizados/cooperativas de trabalhadores de material reciclável aptos a receberem coleta seletiva municipal e da outras providências. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/decreto/2013/2085/20849/decreto-n-20849-2013-define-atribuicoes-aos-orgaos-municipais-da-administracao-direta-e-indireta-e-da-concessionaria-de-servicos-de-limpeza-urbana-para-o-cadastramento-distribuicao-avaliacao-tecnica-socioassistencial-das-entidades-e-ou-cooperativas-que-atuam-no-setor-de-reciclagem-aptas-a-receber-as-cargas-da-coleta-seletiva>>. Acesso em: 24 de agosto de 2015.

EDITORA ATLAS. Segurança e medicina do trabalho. 2014. 73. Edição. Brasília

EINSTEIN, Albert. PENSAMENTOS E FRASES. Disponível em: < http://pensador.uol.com.br/frases_de_albert_einstein/> Acesso: 04 de agosto de 2015.

FREIRE, Paulo. PENSAMENTOS E FRASES. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/autor/paulo_freire/>. Acesso em: 24 de agosto de 2015.

G1. Maioria já pensou em largar tudo e mudar de carreira, diz pesquisa. São Paulo, 8 de ago. 2013. Disponível em: < <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/08/maioria-ja-pensou-em-largar-tudo-e-mudar-de-carreira-diz-pesquisa.html>>Acesso: 4 ago. de 2015.

IBGE, 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/pesqmun.php?nomemun=joinville>>. Acesso em: 24 de agosto de 2015.

_____, 2013. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional de Saúde 2013. Disponível em: < <ftp://ftp.ibge.gov.br/PNS/2013/pns2013.pdf>>. Acesso em: 26 de agosto de 2015.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/tTVr>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável - Brasil: Ipea, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

IPPUJ. Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbano de Joinville. <https://www.joinville.sc.gov.br/noticia/5652-IPPUJ+lan%C3%A7a+Joinville+%E2%80%93+Bairro+a+Bairro+2013.html>Acesso em: 24 de agosto de 2015.

JANNUZZI, Paulo de Martino ; MIRANDA,W.L. ; SILVA, Daniela Gomes da . Análise multicritério e a tomada de decisão em Políticas Públicas: aspectos metodológicos, aplicativo operacional e aplicações. IP. Informática Pública, v. 11, p. 69-87, 2009. SILVA, Daniela Gomes da ;

_____. O uso da Análise Multicritério na construção de um indicador de Condições de Vida: Estudo para a Baixada Fluminense. S & G. Sistemas & gestão, v. 4, p. 122-135, 2009.

JOINVILLE. POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: Lei complementar nº 395, de 19 de dezembro de 2013, dispõe sobre a política municipal de resíduos sólidos de Joinville e dá outras providências. www.joinville.sc.gov.br/public/portaladm/pdf/jornal/138e2fecf3cf0eb1bb38888347d62953.pdf. Acesso em: 24 de agosto de 2015.

_____. Lei nº 7.305 dispõe sobre a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/noticia/3194-Pol%C3%ADticas+de+Economia+Solid%C3%A1ria+e+Seguran%C3%A7a+Alimentar+s%C3%A3o+consolidadas+no+munic%C3%ADpio.html>>. Acesso em: 24 de ago. de 2015.

_____. Lei Complementar nº 84, 12 de janeiro de 2000 que instituiu o Código de Posturas do Município de Joinville e dá outras providências. Disponível em: < <file:///C:/Users/Sony%20Vaio/Downloads/2e2d97ba7a3cb7ba92ada0ec7de68a41.pdf>>. Acesso em: 26 de ago. de 2015.

_____. Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Joinville. Disponível em: <<https://meioambiente.joinville.sc.gov.br/public/portalfundemaadm/imagens/conteudo/Folder%20Casa%20Consciente.PDF>>. Acesso em: 04 ago. 2015

LIMA, L.M.Q. Lixo Tratamento e Biorremediação. Revista e Ampliada, 3ª edição, editora Hermus 2004, p. 9-16, 2004.

_____. Remediações de Lixões Municipais (Aplicações da Biotecnologia). São Paulo, editora Hermus 2005, p.13-18, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 24ª ed., atual. por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo : Malheiros Editor es, 1999.

MESQUITA, Renata Valério de. Jogue dinheiro no lixo. Revista Planeta. São Paulo, n. 512. Set., 2014.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2012-2015). Disponível em: <http://antigo.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=10&ler=s1086##ppaAtual>> Acesso em: 25 de ago. 2015.

PEIXER, Ana Paula. Um retrato da reciclagem em Joinville ano 2013. Joinville, 2013. Documentário. 17:37.

PEREIRA, A.A. Os desafios do gerenciamento de resíduos da construção civil na administração pública: uma contribuição para a sustentabilidade socioambiental do município de Joinville, SC; orientadora Dra. Therezinha Maria Novaes de Oliveira; co-orientadora Virginia Grace Barros – Joinville: UNIVILLE, 2012. Disponível em: <http://univille.edu.br%2Fcommunity%2Fmestrado_saude_meio_ambiente%2FVirtualDisk.html%3Faction%3DdownloadFile%26file%3DDissertacao_Mestrado_Oficial.pdf%26current%3D%252Fdissertacao2012&usg=AFQjCNH9zkuAEOYuO51OIM8auyvt-99N7Q&cad=rja> Acesso em: 24 de agosto de 2015.

PLANALTO. LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>Acesso em: 25 de ago. 2015.

_____. LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>Acesso em: 25 de ago. 2015.

PORTAL BRASIL, 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/meioambiente/residuos-solidos>>. Acesso: 24 de agosto de 2015.

PORTAL DO PLANALTO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso: 24 de agosto de 2015.

SALGADO, Sebastião. PENSAMENTOS E FRASES. Disponível em: < http://pensador.uol.com.br/autor/sebastiao_salgado/> Acesso: 04 de agosto de 2015.

Apêndice A

O projeto iniciou com uma reunião de planejamento do diagnóstico que norteou tanto a execução do projeto como a elaboração do questionário com os atores sociais envolvidos, e na oportunidade, foi constituído um grupo de trabalho de acompanhamento do contrato nº 465/2014 em cumprimento ao edital Pregão Presencial nº 215/2014. Após esta, outras várias reuniões foram realizadas para aprovar questão a questão, até que como um todo, o questionário fosse considerado apropriado para o tema e os objetivos da Secretaria de Assistência Social. Assim sendo, o questionário foi validado pela CA. Lembrando que os TMR participaram ativamente das reuniões, opinando sobre a melhor estrutura, formulação e abordagem a categoria.

Após a concretização do questionário foi realizado uma pesquisa piloto para fazer os últimos ajustes. E este momento também foi utilizado para intensificar o treinamento dos pesquisadores, reforçando o método de coleta e abordagem ao público alvo. Com entrevistas individuais e autodeclaratórias, o entrevistado teve a liberdade e a individualidade em responder as questões ou não, nesse momento novamente foi validado o questionário com os ajustes pela CA.

A pesquisa foi realizada entre os dias 19 de fevereiro a 24 de junho do ano de 2015. No início encontrou-se muita dificuldade em atingir um número razoável de entrevistados, pois a SAS desconhecia um número exato desta população, e lembrando ainda, que como metodologia ficou definida que apenas uma pessoa de cada ‘família’ poderia responder a pesquisa, ou seja, ao pesquisar um TMR que declarava ter mais pessoas envolvidas na família com o trabalho, era orientado que este informasse o familiar envolvido que ele respondeu a pesquisa e para, caso o familiar fosse abordado, se recusasse a responder informando o motivo, evitando assim duplicidade de informações.

Por desconhecer-se o universo de pessoas a ser entrevistado, o método de cálculo de amostra foi o de universo infinito, que gerou da amostra encontrada de 601 entrevistados com uma confiança de 95%, um erro de aproximadamente 4% para mais ou para menos. Desta amostra de 601 entrevistados, e com o questionário estruturado por família, conseguiram-se dados num total de 1.192 pessoas envolvidas com o trabalho de material reciclável.

Lembrando sempre que este número foi o declarado pelos entrevistados. Para análise foi utilizado estatística descritiva, teste estatístico não paramétrico (Teste Qui-Quadrado) e análise de Multicritério através do Software Pradin 3.0, desenvolvido por Paulo de Martino Jannuzzi (ENCE/IBGE). Mais detalhes do relatório técnico pode ser obtivo no site da Painel Instituto de Pesquisas (www.painelpesquisas.com.br).

Apêndice B

Principais perguntas que nortearam o trabalho:

- Perfil dos trabalhadores: gênero, idade, características do domicílio, escolaridade, endereço, dentre outras.
- Perfil profissional: tempo de trabalho e envolvimento familiar.
- Perfil de renda: renda familiar, renda com material reciclável e contribuição de pessoas da família na renda.
- Processo de trabalho: perguntas referentes à coleta, triagem e comercialização.
- Acidentes de trabalho: acidentes, doenças adquiridas e utilização de EPI.
- Organização do trabalho: principais fatores que levam ao TI e interesse em TC.
- Motivação e percepção do trabalho.

O questionário, com todas as suas perguntas, pode ser visualizado no Relatório Técnico disponível no site www.painelpesquisas.com.br.

